



Luana Aparecida dos Santos

**Identidade social, raça e território: um
estudo sobre mulheres negras,
autoestima e identidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica)
do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Jean Carlos Natividade
Co-orientadora: Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Rio de Janeiro,
Julho de 2023



Luana Aparecida dos Santos

Identidade social, raça e território: um estudo sobre mulheres negras, autoestima e identidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Jean Carlos Natividade

Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Clarissa Pinto Pizarro de Freitas

Departamento de Psicologia – PUCRS

Profa. Amanda Londero dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2023.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Luana Aparecida dos Santos

Graduou-se em Psicologia pela PUC-Rio em 2017. Fez especialização em Psicologia Hospitalar pela UFRJ em 2018. Participou de congressos na área da Psicologia Social. É pesquisadora nos grupos de pesquisa L2PS e Porta da Lembrança na PUC-Rio. Atua como psicóloga clínica desde 2017 e é palestrante na área da Psicologia Social.

Ficha Catalográfica

Santos, Luana Aparecida dos

Identidade social, raça e território : um estudo sobre mulheres negras, autoestima e identidade / Luana Aparecida dos Santos ; orientador: Jean Carlos Natividade ; co-orientadora: Maria Helena Zamora. – 2023.

82 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2023.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Identidade social. 3. Racismo. 4. Raça. 5. Autoestima. 6. Mulheres negras. I. Natividade, Jean Carlos. II. Zamora, Maria Helena. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. IV. Título.

CDD: 150

Para meus pais, Del e César, e, para as que vieram
antes de mim, caminham comigo e virão após.

Agradecimentos

A mim, por toda dor e alegria carregadas até aqui.

Ao meu orientador pela parceria, paciência e estímulo durante todo o processo de construção deste trabalho. Jean foi um orientador excepcional! Sua paciência fez com que eu quisesse dar o melhor de mim neste trabalho, mesmo em meio ao caos;

À minha coorientadora por não desistir e por sempre acreditar em mim, me trazendo de volta para o eixo sempre que possível;

Aos meus amigos que não deixaram de me apoiar, rezaram por mim incessantemente e me sustentaram diariamente;

À minha psicóloga que não me deixou desistir de maneira alguma e sempre me fez enxergar o Sol em dias nublados e chuvosos;

À banca examinadora, prof^{as} Amanda Londero-Santos, Clarissa Pinto Pizarro disponibilidade e acolhimento.

Aos meus colegas de laboratório, tanto do L2PS quanto do Porta da Lembrança, por todo aprendizado e por todas as gargalhadas e abraços dados.

Aos que, de sua maneira, me auxiliaram durante todo esse percurso, deixando um pouco de si e levando um pouco de mim. Encontros e desencontros fazem parte da jornada;

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À diretora do Departamento de Psicologia, Professora Dra. Luciana, por todo empenho e resolução deste árduo processo;

Ao reitor da PUC, Padre Anderson Antonio Pedroso, por toda dedicação, cuidado e compreensão em viabilizar esta entrega;

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Santos, Luana Aparecida dos; Natividade, Jean Carlos. **Identidade social, raça e território: um estudo sobre mulheres negras, autoestima e identidade.** Rio de Janeiro, 2023. 82p. Dissertação de mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Teoria da Identidade Social de Tajfel explica como os grupos são formados, comparados e como ocorre o favoritismo e a pertença grupal. Esquemas, autoconceito e autoestima são conceitos da Psicologia Social que fazem parte dessa teoria. Os grupos são constituídos por indivíduos cercados por estímulos que auxiliam na formação de sua cognição, o que pode resultar na criação de estereótipos e, conseqüentemente, em preconceito e discriminação. O presente estudo pesquisou a autoestima de mulheres negras, dentro e fora da favela, bem como o quanto elas se sentem representadas socialmente por seu próprio grupo de mulheres negras e midiaticamente por pessoas famosas. O objetivo desta pesquisa foi testar as relações entre a autoestima de mulheres negras, sua identificação com o grupo de mulheres negras, sua identificação com ídolos e as atitudes frente a esses ídolos. Participaram do estudo 397 mulheres negras maiores de idade, com idades entre 18 e 72 anos ($M = 29,6$ e $DP = 8,00$), das quais 91% residiam na região Sudeste do país e 74% moravam no estado do Rio de Janeiro. Utilizou-se um questionário via internet contendo perguntas sociodemográficas, escalas de identificação com grupos, autoestima e atitudes frente ao ídolo e às mulheres negras. Os resultados revelaram uma correlação positiva, embora fraca, entre a autoestima e a identificação com o grupo de mulheres negras. Também se observaram correlações entre a identificação com o grupo de mulheres negras e as atitudes frente a mulheres negras, bem como entre a identificação com o grupo e a identificação com o ídolo. Análises de rede e as correlações encontradas sugerem que a autoestima das mulheres negras se mantém independente das demais variáveis estudadas. Estudos futuros devem voltar-se para outras variáveis que possam fortalecer a autoestima dessas mulheres.

Palavras-chave

Identidade Social; Racismo; Raça; Autoestima; Mulheres Negras.

Abstract

Santos, Luana Aparecida dos; Natividade, Jean Carlos (Advisor). **Social identity, race and territory: a study on black women, self-esteem and identity**. Rio de Janeiro, 2023. 82p. Dissertação de mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Tajfel's Social Identity Theory explains how groups are formed and compared, and how favoritism and group belonging occur. Schemas, self-concept, and self-esteem are Social Psychology concepts that are part of this theory. Groups are composed of individuals surrounded by stimuli that aid in shaping their cognition, which can result in stereotypes and, consequently, prejudice and discrimination. The present study examined the self-esteem of Black women both within and outside the favela, as well as the extent to which they feel socially represented by their group of Black women and in the media by famous figures. This research aimed to test the relationships among Black women's self-esteem, their identification with the group of Black women, their identification with idols, and their attitudes toward these idols. A total of 397 adult Black women participated in the study, ranging in age from 18 to 72 years ($M = 29.6$, $SD = 8.00$). Of these, 91% lived in the country's Southeast region and 74% resided in the state of Rio de Janeiro. An online questionnaire containing sociodemographic questions and scales measuring group identification, self-esteem, and attitudes toward both idols and Black women was employed. The results revealed a positive, though weak, correlation between self-esteem and identification with the group of Black women. Correlations were also observed between identification with the group of Black women and attitudes toward Black women, as well as between group identification and idol identification. Network analyses and correlations suggest that Black women's self-esteem remains independent of the other variables studied. Future research should focus on additional variables that may further strengthen these women's self-esteem.

Keywords

Social identity; Racism; Race; Self-esteem; Black women.

Sumário

1. Introdução	10
2. Esquemas, Autoconceito e Autoestima	11
3. Teoria da Identidade Social	18
3.1 Categorização Social	19
3.2 Comparação Social	20
3.3 Favoritismo Grupal	21
4. Raça	22
4.1 Raça e Etnia	23
5. Mulher negra	31
5.1 Mulher negra e Identidade	33
5.2 Feminismo Negro	35
6. Território	37
6.1 Contexto Histórico das Favelas	39
6.2 Mulheres Negras Faveladas	43
7. Representações Midiáticas	47
8. Objetivos	50
9. Métodos	51
10. Resultados	54
11. Discussão	63
12. Conclusão.	69
Referências	74

*Eu gosto de pensar que Deus sorri quando uma mulher
negra é corajosa o suficiente para amar a si mesma.*

Upile Chisala, 2020

1. Introdução

Mulheres negras, desde a época escravagista, vêm lutando para serem reconhecidas para além de seu trabalho braçal, de sua força física e da constante desumanização que lhes foi imposta ao longo da história. Durante a escravidão, foram exploradas em jornadas exaustivas, submetidas a violências físicas e sexuais e excluídas de qualquer possibilidade de autonomia sobre suas próprias vidas (Carneiro, 2003). Mesmo após a abolição formal da escravidão, o racismo estrutural perpetuou sua marginalização, negando-lhes acesso à educação, à moradia digna, ao trabalho qualificado e a direitos fundamentais. A ausência de uma assistência política humanizada também é um fator que agrava essa realidade. Como apontado por Ambrosio et al. (2022), as políticas públicas historicamente não foram pensadas para atender às necessidades específicas da população negra, especialmente das mulheres negras.

A identidade de mulheres negras foi construída em cima de uma história marcada por violências e invisibilizada pela branquitude, ou seja, pelo conjunto de privilégios, normas sociais e estruturas de poder que favorecem pessoas brancas, mantendo a desigualdade racial. A branquitude opera como um sistema que define quais narrativas são valorizadas e quais são silenciadas, tornando a experiência das mulheres negras marginalizada e muitas vezes negada. (Bento, 2022).

Grupos raciais e sociais existiram em detrimento de outro, onde o grupo de pessoas brancas era o mais bem-quisto do que o de pessoas negras, visto que o lugar das pessoas negras era de subalternidade e rejeição. O corpo das mulheres negras sempre foi malvisto, seus traços negroides, características físicas, o cabelo crespo era feio, indesejado e ridicularizado. A beleza negra sempre foi inferior a branca, as expressões como “exóticas” e “diferente” eram vistas como elogios, no entanto, não passavam de palavras depreciativas voltadas para o corpo negro (Ambrosio et al., 2022).

Martins TV et al. (2020) salientam que todas as microagressões sofridas por mulheres negras afetam sua saúde mental e bem-estar, para além de afastá-las do sentimento de pertença ao seu próprio grupo. As microagressões, que são comentários, atitudes ou comportamentos sutis, muitas vezes inconscientes, que reforçam

estereótipos e discriminam grupos marginalizados, contribuem para essa exclusão. Pois aceitar estar em um grupo de mulheres negras é aceitar carregar uma bagagem cheia de violências e preterimento, isto é, a exclusão sistemática e a desvalorização dessas mulheres em diversos contextos, sejam nas relações afetivas, no mercado de trabalho ou nos espaços de poder e representação (Gomes Vieira, 2020). No entanto, o favoritismo pelo próprio grupo pode trazer muita força para suas relações inter e intrapessoais, além de fortalecer sua própria autoestima, visto que a autoestima se refere a um sentimento positivo frente a si mesmo, sendo assim, também se relacionando positivamente com outros grupos sociais e identitários (Brewer e Kremer, 1985).

Nesse sentido, a favela, um território marcado por muita potência, com grupos sociais e culturais diversos, mas também pela ausência de cuidado do Estado e dos poderes públicos, pode desempenhar um papel fundamental na construção da autoestima de mulheres negras (Valladares, 2000). O pertencimento a esse espaço contribui para a formação de vínculos identitários, fortalecendo sua autoimagem e senso de comunidade. Esses serão os tópicos abordados neste estudo, que também investigará quem são os ídolos midiáticos que representam as mulheres negras e de que forma essas figuras podem influenciar em sua autoestima.

2. Esquemas, Autoconceito e Autoestima

Greenwald et al. (2002) definem o autoconceito como a associação do conceito de Self/Eu com outros conceitos e atributos. Isso significa que o autoconceito é formado por um conjunto de crenças, percepções e características que uma pessoa atribui a si mesma. O "Eu" funciona como um núcleo ao qual diferentes ideias, experiências e identidades se conectam, formando uma rede de significados que influenciam a forma como o indivíduo se vê e se posiciona no mundo. Dessa forma, o autoconceito não é algo fixo, mas sim um sistema dinâmico, construído e modificado ao longo da vida, com base em interações sociais, experiências pessoais e influências culturais. Assim, entende-se que o autoconceito organiza experiências passadas e é usado na organização e interpretação de estímulos sociais relevantes (Markus et al., 1985). Outra característica importante do autoconceito é sua qualidade de ter tanto esquemas mais rígidos que são

mais centrais ao indivíduo quanto esquemas mais periféricos e mais dependentes do contexto (Markus & Wurf, 1987). Alguns esquemas que tendem a ser mais centrais aos indivíduos são seus esquemas de gênero, de papéis sociais, de atributos físicos e de personalidade (Stein, 1995).

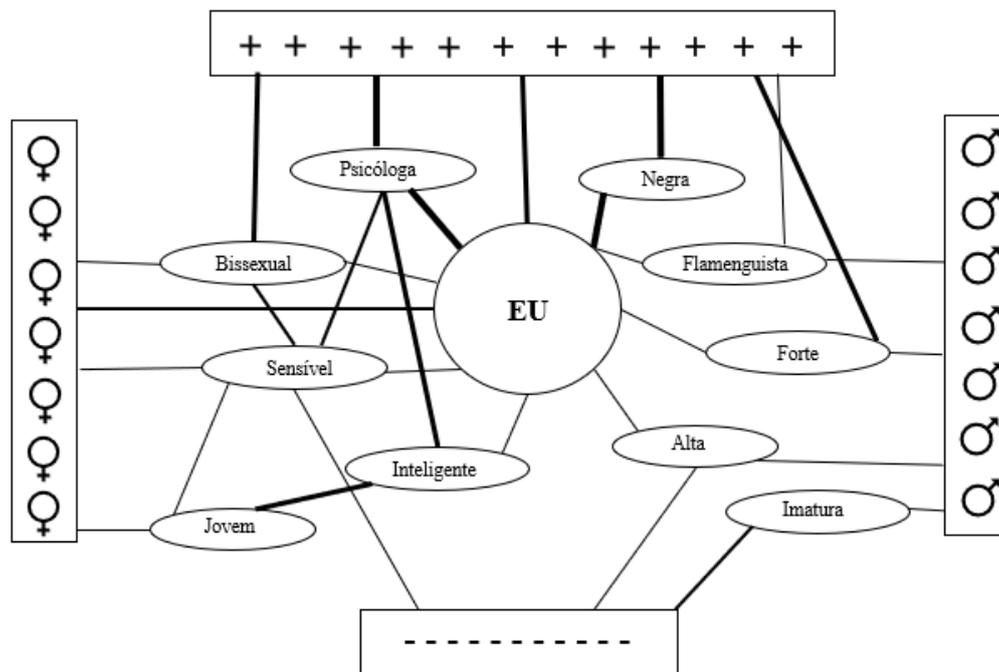


Figura 1. Exemplo do Autoconceito com Esquemas, Adaptada de Greenwald et al. (2002).

A Figura 1 diz respeito a como o nosso autoconceito é construído, a partir de estereótipos, esquemas e do quanto esses conceitos estão ligados a nossa autoestima. Os pólos femininos e masculinos são estereótipos que estão ligados a nós, já os positivos e negativos dizem respeito ao quanto esses estereótipos podem fortalecer ou não nossa autoestima.

O princípio central da perspectiva dos esquemas é que as experiências passadas são resumidas e armazenadas em estruturas representacionais organizadas que formam as percepções e memórias subsequentes (Carlston, 2010). Esquemas são estruturas mentais organizadas por conteúdos específicos e interconectados derivados de experiências passadas (Bartlett, 1932). Também podem ser definidos como blocos que auxiliam na construção da cognição, levando a sistematizar o conhecimento do indivíduo sobre o mundo social (Londero-Santos et al., 2020). Os esquemas reforçam a importância da interação social do indivíduo dentro das organizações culturais e históricas, tornando o processo de cognição como algo biossocial-cultural. Esse

processo reforça o dualismo sujeito-objeto que está internamente ligado aos estudos cognitivos (McVee et al., 2005).

Portanto, as crenças e outras informações compartilhadas entre as pessoas desempenham um papel fundamental na formação dos esquemas cognitivos, que influenciam a forma como indivíduos percebem e interpretam o mundo ao seu redor (Londero-Santos et al., 2020). Como ilustrado na Figura 1, esses esquemas mentais são constantemente reforçados e reproduzidos por meio da cultura, da mídia e das experiências sociais, podendo tanto perpetuar preconceitos quanto impactar a dinâmica das relações interpessoais e sociais.

As pessoas guardam na memória diversas informações sobre os grupos, no entanto, só resgatam informações relacionadas ao contexto social ou de acordo com alguma justificativa pessoal (Hewstone et al., 2002). Os estereótipos exibem a atividade de preservar os princípios individuais; esses princípios estão relacionados à autoimagem e ao fato de fazer com que a pessoa se sinta melhor a respeito de si mesma, tentando manejar melhor sua autoestima e se sentir menos ameaçada em relação aos outros (Techio & Oliveira, 2011).

Os estereótipos fazem alusão a aparência física, interesses, metas, papéis sociais e profissionais, no entanto, eles agem nos grupos, fazendo menção aos grupos sociais e o tipo de personalidade que os membros deste compartilham. As características dos grupos podem ser negativas ou positivas, precisas ou incertas. Ou seja, são entendidos a partir de um procedimento coletivo ligado as relações sociais e de poder em uma sociedade (Techio & Oliveira, 2011). Os nossos comportamentos não são determinados pelos estímulos que nos cercam, mas por nossas interpretações a cerca desses estímulos, levando a crer que os estereótipos são um funcionamento normal da mente humana, a partir das interpretações vividas e tiradas de cada situação. Esse funcionamento normal da mente humana leva o nome de categorização, conceito existente na Teoria da Identidade Social, de Tajfel (1972), que é um processo natural da mente humana, no qual agrupamos pessoas, objetos ou situações com base em características comuns, a fim de simplificar e organizar o mundo ao nosso redor.

Esse conceito é fundamental na Teoria da Identidade Social, proposta por Henri Tajfel (1972), que afirma que a categorização social ajuda a formar a identidade de um

indivíduo com base nos grupos aos quais ele pertence. Ao categorizar os outros em diferentes grupos (por exemplo, “nós” e “eles”), essa prática influencia as percepções, atitudes e comportamentos sociais, muitas vezes levando à formação de estereótipos e ao favoritismo em relação ao próprio grupo.

A categorização fornece expectativas sobre pessoas e acontecimentos, resume ao máximo uma certa quantidade de pessoas, objetos e acontecimentos diminuindo o esforço de fazer novas interpretações de informações já existentes. Ela também pressupõe uma associação entre crenças e valores sociais, com um valor emocional decorrente dos valores que nos são socialmente passados (Fiske & Neuberg, 1990 citado por Rodrigues et al., 2013).

Um estereótipo pode não ser completamente verdadeiro. A precisão do mesmo deve ser investigada, visto que a maioria de seus conteúdos são traços de personalidade, pode ser diferenciada entre os grupos e contextos. Para alguns autores, como Katz e Braly (1933; 1935), os estereótipos “traduzem e prescrevem” as relações sociais, ou seja, moldam-se de acordo com os papéis sociais. São reproduzidos pelos responsáveis por nossa socialização, por exemplo, pais, escola, mídia etc. (Vala & Monteiro, 2013).

Segundo Rodrigues et al. (2013), os estereótipos são a base cognitiva do preconceito. O preconceito é uma atitude hostil ou negativa direcionada a pessoas de um determinado grupo. Uma pessoa preconceituosa pode desgostar de pessoas de certos grupos e comportar-se de maneira ofensiva para com eles baseada em uma crença por atribuí-lhes características negativas. Em Psicologia Social, o termo "preconceito" é utilizado exclusivamente para se referir a atitudes negativas. Todos fomos ou somos vítimas de algum preconceito, como: etnia, religião, nacionalidade, raça, orientação sexual, obesidade, entre outros. Qualquer grupo pode tornar-se alvo do preconceito de alguém e uma consequência quase inevitável da condição do alvo do preconceito é a redução da autoestima (Rodrigues et al., 2010).

Rodrigues et al. (2013) define quais são as possíveis causas do preconceito: competição e conflitos políticos e econômicos, o papel do bode expiatório, fatores de personalidade e causas sociais do preconceito: aprendizagem social, conformidade e categorização social. A competição é um dos caminhos que mais facilmente conduzem à formação de estereótipos, preconceitos e comportamentos discriminatórios. Dentro dela há um conflito grupal realista que são as tentativas de depreciar o grupo adversário,

a partir do reforço de crenças preconceituosas. Já no bode expiatório, uma vez despertada a raiva e a frustração, os indivíduos tendem a deslocar sua agressividade para grupos sem poder e por quem nutrem sentimento de repulsa. Os traços de personalidade dizem respeito a educação que o indivíduo recebeu, pois, de acordo com isso, o mesmo estaria mais predisposto a se tornar preconceituoso. Por fim, causas sociais do preconceito: aprendizagem social, conformidade e categorização social refere-se à ideia de que o preconceito é criado mantido por forças sociais e culturais.

Historicamente, mulheres negras são as principais atingidas pelo “genocídio da estética negra” (Queiroz, 2019). O genocídio da estética negra acontece por meio de ataques racistas e discriminatórios. O racismo, um sistema de crenças e práticas que discrimina indivíduos ou grupos com base em sua raça ou etnia, atribuindo-lhes características, habilidades ou valores inferiores em comparação com outros grupos (Almeida, 2019), e a discriminação atingem violentamente a maneira como a mulher negra enxerga seu self. O cabelo crespo é malvisto, as características físicas ou até mesmo a aparência contribui para que o genocídio aconteça e o que é tido como algo bonito, vindo da e pela branquitude, invisibiliza nossos corpos e nos violenta simbólica e psicologicamente (Hooks, 2020). Essa violência estética dificulta a construção da identidade social (Tajfel, 1974), que é o processo pelo qual os indivíduos se definem e se reconhecem em relação aos grupos aos quais pertencem. Ela contribui para o fortalecimento de estereótipos negativos sobre si mesmos e os outros, impactando de forma prejudicial a autoestima.

A autoestima diz respeito a junção de conceitos do Self e sentimentos que a pessoa tem por si (Rosenberg, 1965). Ela pode ser entendida como uma atitude, positiva ou negativa, frente a si mesmo. A autoestima é preditora de diversos desfechos na vida, por exemplo, sucesso no âmbito profissional, acadêmico e pessoal (Trzesniewski et al., 2003). O autoconceito, por sua vez, refere-se às concepções mentais de nossas aptidões, habilidades e idealizações de acordo com os pontos de vistas que temos de nós mesmos (Markus et al., 1982).

Para Ramos-Oliveira (2016), a autoestima reflete, de maneira geral, o quanto o indivíduo enxerga a si mesmo e ao grupo no qual pertence. A autoestima influencia diretamente a forma como o indivíduo estabelece suas relações, tanto internas (com ele mesmo) quanto externas (com outras pessoas), impactando sua visão de mundo e a

maneira como ele expressa e recebe valores e crenças dos outros (Leary & Baumeister, 2000). Além disso, fatores como status social, contexto sociocultural e relações de trabalho também desempenham um papel fundamental na construção da autoestima, pois afetam a percepção de si e a maneira como o indivíduo é valorizado ou reconhecido pela sociedade.

Ramos-Oliveira (2016) destaca que os estudos sobre a autoestima de minorias no Brasil são escassos, o que torna difícil encontrar pesquisas e publicações que abordem essa questão de forma abrangente. No contexto brasileiro, as minorias geralmente se referem a grupos étnicos, raciais, de gênero, orientações sexuais ou socioeconômicas que enfrentam marginalização e discriminação, tendo suas vozes e experiências muitas vezes silenciadas ou minimizadas nas pesquisas acadêmicas.

Tanto a baixa quanto a alta autoestima exercem um impacto profundo nos processos cognitivos e psicossociais, influenciando diretamente a forma como o indivíduo percebe a si mesmo e interage com o mundo ao seu redor. Esses efeitos desempenham um papel fundamental na construção de sua identidade, nas suas relações interpessoais e na forma como enfrenta desafios e toma decisões ao longo da vida (Ramos-Oliveira, 2016). Uma autoestima pessoal elevada refere-se a como o sujeito se vê como uma pessoa de sucesso, mas também pode referir-se a um sentimento de arrogância ou soberba (Hooks, 2023). A autoestima pessoal baixa demonstra distorção, trazendo consigo sentimentos de insegurança e inferioridade. A autoestima coletiva refere-se à percepção e avaliação que um indivíduo tem sobre os grupos aos quais pertence (in-group) e aqueles dos quais não faz parte (out-group). Essa avaliação pode ser positiva, fortalecendo a identificação e a conexão com o grupo, ou negativa, levando ao distanciamento e à rejeição do mesmo. Dessa forma, a autoestima coletiva influencia tanto o sentimento de pertencimento quanto as interações sociais do indivíduo (Ramos-Oliveira, 2016).

Como dito anteriormente, o contexto sociocultural também facilita ou dificulta a manutenção da autoestima. Pesquisas como as de Ramos de Oliveira (2016) e Pereira et al. (2011) salientam o quanto a discriminação, preconceito e os estereótipos podem afetar negativamente a construção da autoestima do indivíduo.

Ao definirem conceitos como Autoestima Pessoal, Oliveira et al. (2012) também trazem o conceito de Identidade Étnica. Segundo os autores, a Identidade Étnica está

diretamente ligada a baixa ou alta autoestima dos indivíduos. A Identidade Étnica (IE) é a soma de nossos valores, comportamentos e atitudes que estão ligados à nossa etnia (Oliveira et al., 2012). Segundo Tajfel (1981), a construção da identidade desempenha um papel essencial no bem-estar biopsicossocial e cultural do indivíduo, influenciando sua saúde mental, relações sociais e senso de pertencimento. Nesse contexto, a Identidade Étnica pode ser definida como o reconhecimento e a valorização da própria origem étnica, envolvendo a percepção de pertencimento a um grupo social com características culturais, históricas e linguísticas compartilhadas (Oliveira, 2003). Essa identidade se manifesta na forma como o indivíduo se relaciona com sua herança cultural e na importância que atribui a ela em sua vida. Assim, a Identidade Étnica reúne elementos fundamentais que favorecem uma melhor qualidade de vida, ao fortalecer a autoestima, a coesão social e o sentimento de inclusão (Kreutz, 1999). Estudos demonstram que a Identidade Étnica está diretamente ligada ao bem-estar subjetivo, pois ela melhora as relações sociais e a satisfação com a vida, gerando a elevação da autoestima (Ramos de Oliveira, 2009; Paéz et al., 2008; Yoo & Lee, 2005). A função da IE é ajudar o indivíduo a manter-se confortável mesmo em situações estressoras como a discriminação e o racismo. A IE também está fortemente ligada ao autoconceito.

Para Kurt Lewin (1945), o criador do conceito Dinâmica de Grupo, o grupo passa a existir a partir da soma dos diferentes indivíduos que o compõe. O grupo tem sua própria forma de estruturar-se, tem seus objetivos em comum e suas próprias leis ou regras de funcionamento. Para este autor, o grupo é parte daquilo que faz com que o indivíduo se movimente e se fortaleça dentro de um espaço social, cultural e histórico. A partir desta movimentação, a pessoa para de agir como ser único e passa a agir como um integrante de um grupo social, seja ele qual for. Portanto, para entender o comportamento deste indivíduo, é importante investigar como o grupo dela se mobiliza (Torres & Camino, 2019).

Raça, gênero, escolaridade, trabalho, local onde mora são denominados de “categorias sociais” que ajudam na organização social da formação do sujeito. Categorização Social é um conceito, existente dentro da Teoria da Identidade Social, definido por Tajfel et al (1971) como a maneira que o indivíduo divide seu mundo social. Essa divisão se dá a partir do grupo que ele faz parte (in-group) e dos grupos que ele não pertence (out-group).

3. Teoria da Identidade Social

A Teoria da Identidade Social demonstra grandes consequências avaliativas, cognitivas e valorativas para o autoconceito (Tajfel, 1974). Conforme a teoria, há uma ligação psicológica entre o eu e o grupo (Abrams, 2015). Quando uma pessoa se vincula ao grupo alvo dos estereótipos ela pode trazer para o seu conceito de si (autoconceito) os esquemas referentes ao grupo a que ela pertence.

A Teoria da Identidade Social reforça que os indivíduos estão sempre a procura de categorias sociais ou grupos que aumentem sua autoestima a partir da própria identidade social que foi construída. Quanto mais identificação com o in-group, mais supervalorizado ele será e mais desvalorizado será o out-group, essa divisão também pode ser responsável pela origem de fenômenos psicológicos e sociais como o preconceito e a discriminação abordados anteriormente. De acordo com Tajfel e Turner (1979), a identidade social se constrói a partir de comparações com outros grupos relevantes, o que distingue positivamente o in-group do out-group, no entanto, a identidade grupal tem potencial para contribuir fortemente para criação de preconceitos com relação a membros de outros grupos. Brown (2010), pontua que a necessidade de diferenciar o in-group do out-group pode trazer comportamentos hostis e atitudes depreciativas dos membros de um grupo para outro.

O sistema de crenças dos indivíduos, seus esquemas e preconceitos são construídos a partir de suas interações sociais e grupais. Existem grupos que podem ser considerados permanentes ou passageiros. Os grupos permanentes costumam ser relacionados a instituições e organizações sociais, como ambientes religiosos, locais de trabalho, escola, família etc. Já os grupos passageiros são formados por situações sociais e o desenvolvimento no processo de identificação com o grupo, quanto mais o sujeito identifica-se com o grupo, mais próximo do mesmo ele fica, um exemplo disso pode ser um filme ou peça de teatro em comum (Del Prette & Del Prette, 2003). De acordo com Del Prette (1991), não é possível pensar no sujeito de maneira em que ele não esteja inserido social dentro de um grupo, para ele o grupo é um *modus operandi* definitivo

em que o sujeito se encontra. O que é vivido no grupo, permanente ou passageiro, pode se tornar algo construído tanto de maneira social quanto individual. O grupo é o primeiro lugar em que o sujeito passa a conviver em sociedade, é dentro do grupo que suas crenças e valores são formados, de maneira positiva ou negativa, assim como seus comportamentos.

3.1 Categorização Social

A formação da identidade social se dá a partir das relações intergrupais e dentro da TIS, encontramos três conceitos essenciais: categorização social, identidade social e comparação social (Tajfel, 1974; Tajfel & Turner, 1979). As categorizações existentes dentro do grupo surgem a partir de valores e crenças fomentados pelos indivíduos dentro de seu próprio grupo. As categorizações mostram as diferenças entre o “nós” (*in-group*) e o “eles” (*out-group*), essas categorias auxiliam a criar a autoimagem do indivíduo (Tajfel, 1978).

Os processos de *in-group* e *out-group* passam pelos processos de cognição social e também pela construção do emocional do indivíduo, logo, a categorização social é construída a partir dos estereótipos positivos e negativos que os grupos atribuem a si, como protótipos, e aos outros. Os indivíduos unem-se a grupos que oferecem traços satisfatórios para a construção da sua identidade e quando isso para de acontecer, ele tende a afastar-se e procurar por outro grupo, tornando seu *in-group* um *out-group*, também pode acontecer de seu *out-group* se tornar *in-group* quando esse mesmo passa a demonstrar ter traços mais satisfatórios (Marques, 1988).

De acordo com Tajfel (1981), a categorização social tem três componentes psicológicos: 1) componente cognitivo que diz respeito ao fato do sujeito se reconhecer pertencente de uma categoria social, 2) componente avaliativo, responsável por organizar hierarquicamente ou em grau de importância as categorias sociais e 3) o componente emocional que está conectado às consequências emocionais que os componentes anteriores podem trazer para o sujeito. Tais componentes são as bases da identidade social, juntamente com os estereótipos que são decididos a partir de uma conformidade grupal, e estão fortemente associadas ao autoconceito. Turner e Tajfel (1979), salientam que o processo de categorização social passa pelos vieses

sociocognitivos e têm efeitos socioemocionais na vida dos indivíduos. Ou seja, a categorização social baseia-se na representação de um padrão cognitivo que estimula as atividades sensoriais e comportamentais de um indivíduo.

Turner também foi um dos precursores que ajudou a elucidar o funcionamento da Teoria da Identidade Social. Para ele, a identidade social se define a partir de comparações sociais feitas com outras identidades sociais e nas relações existentes dentro e fora dos grupos. As comparações feitas com o out-group auxiliam a construir uma identidade social e particular no in-group (Turner, 1975). Comparações sociais se articulam com os processos de categorizações sociais (Pereira & Fernandes, 2018). Logo, o conceito de pertença grupal, iniciado pela categorização social e reforçado pela comparação social, resulta no favoritismo pelo *in-group*. O sentimento de pertença ao grupo ou pertença grupal, mais bem conceituado, se dá a partir da solidificação para a construção da identidade social e das normas de conduta criadas por meio das relações intergrupais. Esse sentimento de pertença grupal é desenvolvido por meio da interação social, a partir de normas e sentimentos, que também leva à comparação social e ao favoritismo grupal (Lins et al., 2016; Pereira & Fernandes, 2018).

3.2 Comparação Social

Turner e Tajfel (1979) consideram os processos de Categorização e Comparação Social como os mais importantes no processo de construção da identidade social. Para eles, os indivíduos estão se categorizando e comparando o tempo todo. O “nós” e “eles” estão sempre à procura de distinção, se categorizando, e comparando o grupo. Turner (1975) elucidou que a identidade social do indivíduo só passa a existir a partir da comparação com o outro, ou seja, com outras identidades sociais.

O processo de comparação social se dá quando o grupo passa a influenciar os comportamentos e julgamentos dos indivíduos pertencentes a ele (Fagundes et al., 2020; Pereira & Fernandes (2018), o. A identidade social leva em conta as condições psicológicas, políticas, econômicas e sociais do indivíduo. Há a valorização da auto-categorização, a partir do autoconceito, dos estereótipos e esquemas sociais, que podem levar ao preconceito. Os julgamentos acontecem de acordo com o que as pessoas consideram aceitáveis ou não dentro do grupo, e caso rejeitem no próprio grupo, tendem

a comparar o outro grupo com o seu, se o que foi rejeitado no in-group for aceito no out-group.

A cooperação grupal e o alcance de metas fazem parte da comparação, pois os indivíduos do grupo se organizam para competirem com outros. Tudo que for a favor do seu próprio grupo é bom. Essas competições podem ser vistas de maneira consciente ou inconsciente, podem ser tranquilas ou conflituosas. O preconceito e a discriminação se dão a partir do “nós” e do “eles”, é a comparação que auxilia tanto na concepção da identidade social do indivíduo, quanto em suas relações intergrupais (Schulze, 1992). Para a TIS, a Comparação Social também ocorre a partir de julgamentos estereotípicos, esses julgamentos podem se dar por meio do tom de pele, gênero, características físicas ou, até mesmo, aspectos culturais (Natividade et al., 2014; Taylor, 1981).

Os modelos de comparação social são construídos socialmente e os conceitos de Comparação e Categorização estão articulados, isso faz com que o Favoritismo Grupal fortaleça o in-group em detrimento do out-group. A Categorização é a base da construção da Identidade Social, a Comparação está ligada à distinção das relações intragrupais e intergrupais e o Favoritismo fortalece o grupo.

3.3 Favoritismo Grupal

O favoritismo grupal é um conceito que ajuda a explicar o quanto os membros de um grupo percebem e dão importância ao seu grupo e comportam-se sempre de forma a favorecê-lo em qualquer circunstância, ajudando a manter a sua identidade social (Vala et al, 1989). De acordo com os estudos de Vala et al. (1989), o grupo em que o indivíduo está é mais bem visto, por ele, como ideal de grupo, do que o que ele não está, este é percebido como um grupo de *personas non gratas*. Os participantes desta pesquisa consideraram seu próprio grupo como o grupo de pessoas mais interessantes do que o outro grupo, que não era considerado como um ideal de grupo.

A Identidade Étnica, como explicado aqui anteriormente, também tem sido alvo de estudos que auxiliam na explicação do Favoritismo Grupal. Para o autor Nesdale (2000), desde muito novas, as crianças são classificadas em grupos e o sentimento de pertença grupal passa a ser valorizado e desenvolvido. A identidade do grupo ou o próprio favoritismo podem ser vistos de maneira positiva ou negativa para as crianças.

De maneira positiva pois auxiliam no desenvolvimento do in-group e do out-group e negativa pois é a partir da comparação e do favoritismo que o preconceito passa a ser criado e a discriminação acontece (Carlos & Melo, 2020).

Segundo a Teoria da Identidade Social, as pessoas se veem e agem como indivíduos e como membros de um determinado grupo. Estamos sempre rodeados de pessoas, nossa família, amigos, escolas, universidades, no lugar em que trabalhamos. Os grupos são importantes na construção histórica e cultural do sujeito. Busca-se com a Teoria da Identidade Social integrar aspectos subjetivos grupais de identificação e objetivos como a natureza do status da relação intergrupar na sociedade (Brown, 2020). O componente cognitivo do processo de identificação social baseia-se nos sentimentos que os membros de um grupo social demonstram ao fato de pertencerem ao mesmo. Já seus comportamentos intergrupais estão ligados à comparação com outros grupos, o que ocasiona sua pertença ao grupo que lhe proporciona auxílio na construção de seu autoconceito e fortalecimento de sua autoestima. Caso haja desconforto em meio a sua autodefinição, o indivíduo tende a desligar-se do grupo.

É importante ressaltar que nenhum grupo social vive sem a presença de outro, ou seja, sozinho. A comparação, categorização e identidade social só fazem sentido se houverem outros grupos (Nascimento & Souza, 2017). Desta forma, podemos deduzir que o preconceito racial, estereótipos e discriminação ocorrem por conta de um grupo em detrimento do outro. Há a necessidade de demonstrar e cativar uma grande veneração pelo seu grupo, desmerecendo o outro.

4. Raça

As discussões em torno do racismo vêm ganhando cada vez mais espaço nos debates atuais. É importante conhecer como se constituiu a lógica racial brasileira para a compreensão de como as práticas e os discursos, formadores das relações de poder vigentes atuam na produção de subjetividade do racismo e como esse coengendramento de práticas e discursos produz não só uma subjetivação racista, mas, principalmente, sofrimento psíquico (Maia & Zamora, 2018).

Desde quando foram inseridos na sociedade, os negros vivenciam a discriminação, a rejeição em ciclos sociais, a falta de representatividade, o bullying a respeito de seus traços negroides e o apagamento da sua negritude, reflexos da história de um país que gira em torno de uma estrutura racista, uma vez que o Brasil foi estruturado através do sistema escravagista pautado nas desigualdades social e racial (Gonçalves et al., 2020).

Na legitimação da hierarquia racial é imprescindível o controle das representações e estereótipos para fazer persistir a inferiorização de pessoas, culturas, narrativas e conhecimentos dos povos subalternizados, no qual apagamento da história do negro, em outras palavras, o epistemicídio é impetrado pela educação escolar que reverbera, dissemina e controla normas eurocêntricas de conhecer e de viver. Ao analisar essas questões, de forma ontológica e epistemologicamente é possível compreender que o apagamento perpetua os conceitos e os fatos que implicam em uma relação de poder, na qual o sujeito que detém o poder político e econômico passa a determinar a epistemologia vigente a ser transmitida (Costa & Mendes, 2020; Miranda & Lozano, 2018; Pessanha, 2019).

4.1 Raça e Etnia

Importante ressaltar que para falar de negritude é necessário falar sobre raça, assim como se faz considerável falar sobre feminismo negro e interseccionalidade. Penso que entender sobre raça e etnia pode nos fazer enxergar mais e melhor o contexto em que cada mulher é inserido dentro da sociedade em que vivemos.

Munanga (2010) diz que na realidade a raça não é mais dependente de explicações biológicas. Este mesmo autor cita que o racismo no século XXI reconstruiu-se baseado em outras essencializações de cunho cultural e histórico e que auxiliam na compreensão dessas perspectivas ao longo dos anos. Comumente, os termos raça e etnia são confundidos e diversas perspectivas são adotadas para definir estes conceitos.

A raça diz respeito a um constructo sociológico, resultado de discursos diante de um determinado contexto histórico, articulado a uma teoria, uma vez que não é possível definir geneticamente diferentes raças humana, enquanto o discurso sobre a origem das pessoas, neste caso, etnia, é um conjunto de indivíduos que histórica ou

mitologicamente tem um mesmo ancestral, uma língua em comum, mesma religião e cultura, e compartilham o mesmo território. Desta forma, a cor, por sua vez, categoria mais habitual e naturalizada de todas, é orientada pela própria ideia de raça, ou seja, por um discurso classificatório sobre qualidades, características e essências transmitidas pelo sangue, que também remontam a um ancestral comum.

Utilizar apenas o termo etnia para designar a população negra brasileira parece insuficiente, visto que não existe um mesmo ancestral comum. Por outro lado, é o termo raça que mais bem expressa as diferenças e as desigualdades do país, evidenciando diferentes experiências de nascer, viver e morrer, conforme o pertencimento racial da população (Costa, 2002). De acordo com Santos et al. (2010), raça e etnia são conceitos que podem ser confundidos por parecerem semelhantes, mas não o são. O conceito de raça está ligado a aparência física e características fenotípicas, já o de etnia está associado a cultura, nacionalidade, religião, língua e tradições grupais.

A primeira vez em que o termo “Raça” apareceu como classificação racial foi em 1684, quando uma revista francesa resolveu publicar sobre uma “Nova divisão da terra pelas diferentes raças que a habitam”. Nos Estados Unidos, o primeiro censo aconteceu em 1790, onde a população americana foi classificada em homens brancos livres, mulheres brancas livres e outras pessoas (nativos americanos e escravos). No ano de 1890, 110 anos depois, o censo classificou a população em termos como: branco, preto, chinês, japonês e índios. Em 1758, Carolus Linneaus reconheceu quatro tipos de homem e os definiu como: Americano (*Homo sapiens americanos*: vermelho, mau temperamento, subjugável); Europeu (*Europaeus*: branco, sério, forte); Asiático (*Homo sapiens asiaticus*: amarelo, melancólico, ganancioso) e Africano (*Homo sapiens afer*: preto, impassível, preguiçoso). Já em 1795, J. F. Blumenbach evoluiu o reconhecimento de Linneaus e trouxe mais definições, tais como: Caucasiano, Mongol, Etíope, Americano e Malaio, além o Europeu, Australiano, Africano e o Restante do novo mundo (Santos et al., 2010).

O termo raça costuma ser utilizado para descrever um grupo de humanos que compartilham algumas características físicas. No entanto, a não Ciência reconhece raça como um termo científico para ser utilizado biologicamente, pois isso só se dá quando se trata de animais. Para esses autores, as características físicas são insignificantes quando se trata de genes biológicos. Já o termo etnia é um conceito que constrói a

identidade de um indivíduo resumida em parentesco, território compartilhado, nacionalidade e, também, a aparência física. No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a raça da população se define em: branca, preta, parda, indígena e amarela (PNAD, 2021).

O racismo como conhecemos atualmente existe a partir do que foi configurado pela Biologia e Antropologia Física, antes do século XX, pois essas mesmas ciências criaram a ideia de que a raça humana poderia ser subdividida em outras raças, assim como as espécies do mundo animal. No entanto, a partir do trágico fato histórico ocorrido na Segunda Guerra Mundial, cientistas políticos e sociais, antropólogos e biólogos tentaram excluir o termo raça da ciência. O movimento de exclusão deste conceito ocorreu para que o racismo pudesse deixar de existir. Para alguns cientistas, o termo “população” poderia melhor descrever os traços genéticos de determinados grupos. Após alguns avanços científicos realizados dentro da construção social do conceito de raça, o termo “cor” começou a ser predominante em meio a classificação social do indivíduo. Sociólogos e antropólogos pontuam que ninguém teria raça nativa e biologicamente, mas sim cor. O termo cor é o mais utilizado no Brasil, inclusive o IBGE caracteriza indivíduos a partir da cor que eles se autodenominam. Cor abrange brancos, negros, amarelos e indígenas. Este termo foi popularizado e em meados do século XX começou a ser reproduzido por todos os brasileiros, o que não diminuiu o preconceito, muito pelo contrário, pois a classe dominante branca continuou vivendo um ideal político vedado aos negros. Fala-se de construção de identidades sociais, preconceito, discriminação e estereótipos (Guimarães, 2008).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), o Censo Demográfico de classificação étnico-racial é utilizado para estudar a importância e as consequências da raça em uma sociedade. A pesquisa é realizada com base na autodeclaração, na qual as pessoas são convidadas a escolher uma opção dentre branca, preta, parda, indígena ou amarela. Os dados apresentados pelo IBGE (2010) revelam que a maior parte, 63,7%, da população representada pelos entrevistados considera que a cor ou a raça influencia a vida dos brasileiros. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Neste texto, a palavra negro indicará aqueles que se classificaram como pretos e pardos conforme a classificação étnico-racial do IBGE.

No Brasil, o ser branco é definido pela cor da pele, razão pela qual o fenótipo e a aparência prevalecem na origem genética, na qual uma pessoa pode ser considerada branca se ela não tiver pele escura - mesmo que ela tenha sangue preto, sua cor de pele seja pálida, ela pode ser considerada branca - essa determinação social da branquidão no Brasil pode ser muito confusa e delicada e a consequência disto é que temos um gradiente de cor para discriminação: quanto mais escura a cor da pele, mais se sofre discriminação. Isso pode acontecer no contexto brasileiro, porque a ideologia da supremacia racial branca se confunde com a ideologia tríplice: mito da democracia racial, branqueamento e preconceito de cor (Nogueira, 2013).

O estigma, o preconceito e a discriminação têm sido um foco importante de atenção das pesquisas há décadas (Parker, 2013). Em Psicologia Social, o preconceito é uma atitude negativa dirigida a um grupo inferiorizado e aos que dele fazem parte. Ainda que na atitude existam os componentes afetivos (sentimentos), comportamentais e cognitivo (crenças), ao tratar-se do preconceito se refere ao aspecto afetivo (Camilo et al., 2020; Rodrigues et al., 2012). O preconceito de cor ou preconceito racial atua na manutenção das desigualdades e justifica a opressão e a dominação social e racial, o que é demonstrado pelo baixo acesso de pessoas negras à educação formal e por sua necessidade de inserção em outras atividades, em geral, mal remuneradas (Cunha & Santos, 2014). Já o estigma refere-se à depreciação utilizada para segregar um conjunto de pessoas com determinadas características que os diferenciam da norma (Goffman, 1988). A discriminação racial atua como fator restritivo ao acesso de importantes recursos como educação, saúde, ocupação profissional e habitação e, tem sido vista, como uma espécie de resposta comportamental causada por essas atitudes negativas.

Quanto à desigualdade social, ela é apontada como uma característica marcante em sociedades pautadas na racialização das relações sociais. A cor da pele, geralmente, surge associada à segregação de minorias e à discrepância dos recursos necessários para o desenvolvimento humano. No Brasil, a desigualdade racial é claramente visível e gera graves consequências para a população afro-brasileira. Em uma democracia racial, deve haver igualdade entre pessoas de raças diferentes, não havendo distinção em quesitos como a renda, o acesso à informação, ao conhecimento, à escolarização, ao emprego e à propriedade. Se um país apresenta índices díspares entre negros e brancos nos quesitos apresentados acima, não se pode afirmar que nesse país há democracia racial. (Faro & Pereira, 2011; Heringer, 2002; Porfírio, 2021). Neste sentido, sobre minorias raciais,

não se referem à quantidade numérica, elas podem ser definidas como segmentos da sociedade que possuem traços culturais ou físicos que são desvalorizados e fomentam o processo de exclusão, discriminação e privação do acesso a oportunidades e direitos dessas pessoas (Roso et al., 2002).

Hooks (2019) articula o impacto das diferenças dos papéis de gênero, o patriarcado e capitalismo na experiência das mulheres negras durante e após a escravatura, a desvalorização da subjetividade e da mulheridade negra, assim como relacionam essas experiências com o machismo dos homens negros. Essa autora aponta que o movimento *black power* de 1960 buscava abrir caminhos para o surgimento de um patriarcado negro que elevaria o status dos homens negros; enquanto o movimento de libertação das mulheres era visto como uma ameaça, uma vez que aderir ao feminismo equivalia a trair a raça, conferindo-lhes assim lugares distintos e muitas vezes subalternizados na sociedade.

A interseccionalidade refere-se a uma teoria transdisciplinar que visa a apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. O pensamento interseccional diz respeito às "condições sociais de produção de conhecimentos" e à questão da justiça social das pessoas marginalizadas (Crenshaw, 1989, 2002; Silveira & Nardi, 2014). No que se refere à interseccionalidade Silveira e Nardi (2014) destacam três proposições teóricas que sustentam a existência destes grandes marcadores sociais que atravessam a produção de subjetividade: a classe, o gênero e a raça. A discriminação interseccional é particularmente difícil ser identificada em contextos em que forças econômicas, culturais e sociais, silenciosamente, moldam o enfoque que vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão (Crenshaw, 2002).

De acordo com Hirata (2014), o interesse teórico e epistemológico em articular sexo e raça, é relatado em pesquisas que não avaliam apenas as diferenças de gênero, mas, sobretudo as a relações entre gêneros e raças, assim como apontam os resultados de pesquisas realizadas no Brasil, as quais discutem as relações entre raça e gênero para explicar as desigualdades salariais ou ocupação de cargos. Sendo assim, a interseccionalidade é vista como uma das formas de compreender e dar subsídios teóricos para combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política (Hirata, 2014).

Hooks (2019) destaca que muito da dor psíquica experimentada por pessoas negras diariamente no contexto da supremacia branca é causada pelas forças opressivas desumanizantes, que invisibilizam e recusam o reconhecimento, negando assim, a subjetividade da pessoa negra. Para Rocha (2014) trata-se de tempos em que a humanidade da pessoa negra não é, então, reconhecida por haver o pensamento de que fora subtraída sua capacidade de pensar, propor e disputar igualmente, uma vez que reside na tentativa de mantê-los subjugados ao passo que reforçam as estruturas de poder.

A desumanização da pessoa negra ainda é vastamente caracterizada na dramaturgia quando, por exemplo, um ator de descendência africana representa um papel exótico, grotesco ou subalterno; alguns dos diversos estereótipos negros destituídos de humanidade. Essa condição constante causa transtornos tais como taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, ansiedade, depressão, retraimento, raiva contra si mesmo, comprometimento da identidade e distorção do autoconceito (Gonçalves et al., 2020) Os descendentes do africano escravizado, responsável pela construção do país, ocupam (em sua maioria) posições nos mais baixos níveis de emprego e desemprego, muitas vezes são subeducados e lançados às condições mais inumanas de existência.

A figura da negra e do negro, desde o período escravocrata, sempre esteve associada à inferiorização. Traços negroides como cabelo crespo, cor da pele e nariz mais alargado são desvalorizados. Isso faz com que o sentimento que a mulher negra tem de si seja o da autorrejeição (Hook, 2019). Em contrapartida, quanto mais clara a pele for, maiores serão as vantagens e privilégios vivenciados, sobretudo no mercado de trabalho. Apesar de se orientar na cor da pele, o colorismo no Brasil, apresenta uma peculiaridade; aspectos fenotípicos como cabelo crespo, nariz arredondado ou largo, dentre outros aspectos físicos, que a nossa cultura associa à descendência africana, também influenciam no processo de discriminação.

O corpo negro e o cabelo crespo são marcados por estigmas vindos do racismo. Logo, há uma grande pressão estética para que o corpo negro seja cada vez menos negro e o cabelo crespo, menos crespo. No entanto, ocorrem diversos movimentos para que essa pressão estética possa ser reduzida, pois tanto o cabelo crespo e os traços negroides constituem a identidade do povo negro. É preciso ter um olhar mais sensível para a

estética do corpo negro, para que sua identidade não seja entendida apenas como traços estereotipados que levam a violência e ao preconceito, ela precisa ser entendida como construção social (Godoi et al., 2022). Essa construção se dá na interação social, no relacionamento com o outro, pois de acordo com Souza (1990), a relação com o outro passa por atravessamentos que podem ser positivos, negativos e significativos na construção do sujeito.

Com a relação à etnia e cor, pesquisas no Brasil, apontam que pessoas negras tem menor escolaridade, menor salário, moram em favelas e sofrem com as políticas públicas sucateadas do país, para além da falta de saneamento básico nos locais em que residem e a ausência de vários direitos sociais e de saúde que, também, deveriam ser direcionados a elas (Batista, 2005). Para Batista (2002), a construção da desigualdade social, a falta de oportunidades e de acesso aos direitos básicos, direciona o modo de viver de pessoas não-brancas.

No esteio das teorias raciais está a análise de grupos ou tipos humanos, no que se refere a características físicas e comportamentais, que se diferenciam numa escala evolutiva do inferior para o superior e que hierarquizam as relações sociais, legitimam processos de dominação econômica e política, definem territórios de miséria e exploração (Maia & Zamora, 2018). Os europeus e suas concepções eugenistas condenavam à origem mestiça sua alegada inferioridade biológica e a suposta imoralidade das populações não brancas. A “inteligência” nacional demonstrou-se nas primeiras décadas do século XX como o interesse principal em uma a série de argumentos que refutavam os estigmas raciais, criando assim estratégias que pudessem construir uma nova e positiva identidade para si mesma e para a nação.

No caso do Brasil, o debate sobre miscigenação ganhou diferentes significados, desde visões negativas sobre o valor dos mestiços aos que engrandeciam e supervalorizavam a mesma (Carrara, 2004; Souza, 2016). Lewis (2021) destaca que o conceito de democracia racial, tem, assim, operado como uma narrativa de testemunha, pois, ao mesmo tempo em que imaginamos nossa comunidade nação em termos raciais, negamos o conceito de raça como constitutivo das relações cotidianas e de poder. Este mesmo autor destaca duas perspectivas teóricas no que tange à miscigenação, a primeira é a culturalista freyriana, na qual o conceito de miscigenação veio a “assassinar” a possibilidade de afirmação política da questão racial e a segunda, a perspectiva

fanoniana que apresenta as bases para pensar a nova política identitária baseada no dualismo branco/negro - reivindicado pelo Movimento Negro.

Quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão social, ou seja, a tonalidade da cor da pele será fundamental para o tratamento que receberá da sociedade. Em contrapartida, quanto mais clara a pele for, maiores serão as vantagens e privilégios vivenciados, sobretudo no mercado de trabalho. O desempenho escolar de alunos mais claros é maior; relatos comparados entre esses dois grupos mostram que existe maior satisfação com a autoimagem, mais facilidade em estabelecer relacionamentos e casamentos por parte dessa população (Silva, 2016; Maia & Zamora, 2018).

Vale ressaltar que o colonialismo diz respeito às estratégias de controle e subalternidade engendrados em decorrência de um modelo capitalista e que por sua vez contribuiu para a consolidação daquilo que ficou demarcado como Modernidade. O problema da colonização comporta não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas circunstâncias, assim como seus respectivos quadros de transtornos mentais (Martins, 2019; Fanon, 2008). Engel (1999) em seu estudo destacou que a Psiquiatria em meados da década de 1920 considerava os indivíduos pertencentes à raça negra como intelectualmente inferiores e, conseqüentemente, menos capazes de enfrentar e/ou adaptar-se às contingências do meio social.

Já em sua época, Fanon (2008) pretendia libertar o homem negro do seu complexo de inferioridade e trazê-lo de volta à humanidade e libertá-lo da colonização da mente, trazendo em seus estudos conceitos fundamentais para a compreensão desses fenômenos. Neste sentido, para entender a produção de saúde mental deve-se articular com o processo de construção do colonizado, que se dá por meio de sua negação, da relação de dominação e recusa oriunda do processo de colonização que, por sua vez, é obra do colonizador. A pessoa preta desde o começo da sua convivência social é submetida a diversos constrangimentos, humilhações, “piadas”, “brincadeiras” que são heranças da estrutura racista sobre a qual vivemos, esse tipo de situação tem influência direta, sobretudo na autoestima da pessoa preta. Assim como, a violência, estereótipos, a discriminação e falta de representatividade geram transtornos como depressão e ansiedade, além de outros traumas (Gonçalves, 2020).

O impacto da desvantagem social é maior nas minorias, a iniquidade é demarcada pela concentração de poder, privilégios e recursos que submetem os indivíduos a uma realidade de mais frequentes experiências estressoras. (Faro & Pereira, 2011). Desta forma, é possível afirmar que o ambiente em que a população negra vive, as mulheres negras residem, são muitas vezes afastados dos centros urbanos mais bem equipados e acessíveis. Não raro são áreas violentas, sem saneamento básico nem educação adequada, o que pode aumentar significativamente os níveis de estresse do indivíduo e influencia profundamente em desfechos psicológicos negativos, como a baixa autoestima (Silva, 2017).

5. Mulher Negra

Entende-se por mulher negra as mulheres que são da raça/cor parda e preta de acordo com o que diz o IBGE (2022). Juntas elas formam 28% dos 54% da população negra brasileira. De acordo com o que diz a pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2008, a favela é composta, em sua maioria, por moradores negros. Segundo a pesquisa, 26% das casas da favela são chefiadas por mulheres negras.

Mulheres negras lutam para mudar a imagem negativa que foi difundida por brancos ao longo dos anos. Construíram-se representações da mulher negra como sendo desajustadas socialmente. Por exemplo, durante o período da escravidão, as mulheres negras eram vistas como depravadas, imorais e sexualmente desenvoltas (Hooks, 2019). Isso fez com que elas passassem a se comportar e buscar a aparência e os maneirismos de mulheres brancas (Hooks, 2019). Atualmente, ainda, ocorre a desvalorização contínua da mulher negra e a associação a representações negativas, como por exemplo, o corpo restrito à sexualização e trabalho braçal (Ruas, 2020).

Na pirâmide social brasileira, as mulheres negras acumularam diversas formas de opressão. Por exemplo, são elas as que mais morrem em partos desassistidos e abortos ilegais, as que mais sofrem violência obstétrica, as que menos têm acesso à escolarização continuada, as que recebem menores salários, as que cumprem jornadas

triplas de trabalho (Silva & Silva, 2020). Diante desse cenário, a saúde física e mental da mulher negra fica cada vez mais deteriorada (Silva & Silva, 2020).

Em seu livro “Erguer a voz, Pensar como Feminista, Pensar como Negra” (Hooks, 2019), Hooks salienta a importância da fala da mulher negra em uma sociedade em que espera que ela seja submissa à autoridade patriarcal. A mulher negra, desde o período escravocrata, teve seu direito à voz negado, pois a “feminilidade” era vista como inexistente em seu modo de agir e falar de acordo com seus senhores e, também, depois deste período, por seus maridos, familiares masculinos, até mesmo pastores e amigos, pois estes eram vistos como pessoas detentoras de autoridade.

Vivemos em uma sociedade que insiste em silenciar mulheres e, mais ainda, mulheres negras. É uma herança histórica. No entanto, o corpo da mulher negra é visto como objeto de desejo, um objeto a ser consumido. O corpo, a classe e a raça da mulher estão condicionadas à falta de cuidado e acolhimento; desta forma, quanto mais escura for a cor da pele da mulher, mais agressão estética, psicológica e simbólica a pessoa recebe. Estudos como os de Teixeira e Queiroz (2017), demonstram como a objetificação desse corpo se dá e as consequências negativas que esta ação traz para a autoestima, o autoconceito e a identidade social da mulher negra.

No entanto, as mulheres negras estão entre as principais vítimas do racismo, enfrentando silenciamento, exclusão social e desvalorização. O racismo se manifesta em diversas áreas, como no mercado de trabalho, onde impõe barreiras ao acesso e à ascensão profissional, nos relacionamentos afetivos, na dificuldade de acesso a direitos básicos e na precariedade das políticas públicas voltadas para elas. Além disso, a violência institucional, especialmente no sistema de saúde, agrava ainda mais essa vulnerabilidade. Dessa forma, as mulheres negras são impactadas simultaneamente pela desigualdade racial, social e de gênero, tornando-se alvo de múltiplas formas de discriminação (Paiva & Campos, 2018).

Segundo Collins (2015, p. 21), “*a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e gênero*”, o que evidencia que essa prática não apenas explorava economicamente os indivíduos, mas também os posicionava de maneira hierárquica dentro dessas categorias sociais. Dessa forma, cada pessoa ocupava um lugar específico, seja de privilégio ou subordinação, conforme sua raça, classe e gênero, refletindo as dinâmicas de poder e dominação que estruturavam a sociedade escravocrata. Mulheres

brancas e ricas eram protegidas institucionalmente, mulheres brancas e pobres tinham uma proteção menor, já as mulheres negras não eram protegidas de maneira alguma. Seu papel era o de oferecer apenas mão de obra escrava, sem nada em troca (Paiva & Campos, 2018).

As mulheres negras sempre foram responsáveis pela centralidade do cuidado, no entanto, têm acesso desigual a cuidados necessários. O cuidado demanda tempo e, na maioria das vezes, dinheiro. Logo, o acesso ao cuidado se torna segregador e escasso, fortalecendo as desigualdades de classe, raça e gênero. Existe uma clara desvantagem, além da exclusão política e social, quando se fala do cuidado de pessoas negras, inclusive as mulheres (Brioli, 2017). Ao mesmo tempo em que estão sofrendo com o preterimento e a solidão, são elas que chefiam as casas nas favelas, como dito anteriormente e, são elas, em sua maioria, que movimentam econômica e socialmente o território em que vivem.

5.1 Mulher Negra e Identidade

Os estudos e literatura levantados demonstram ciclos repetidos de violências cometidas contra mulheres negras. Violências simbólicas, físicas e psicológicas. E todas essas violências fazem parte de construções culturais e sociais (Ruas, 2020).

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades (Carneiro, 2011).

Estudos como os de Ruas (2020) deixam exemplificado que a identidade das mulheres negras não é construída da mesma forma que a de mulheres brancas, visto que o cuidado não é feito de maneira igualitária. Enquanto mulheres brancas são fragilizadas, mulheres negras são vistas como fortes, com grande resistência à dor. São feitas para cuidar e não para receber o mesmo cuidado. A fragilidade feminina sempre foi negada para mulheres negras, pois o mito da força que elas carregam está baseado na história da escravidão. História essa que impulsiona a servidão e a exploração de nossos corpos.

No entanto, entende-se por identidade, uma junção de significados sociais, culturais e políticos. O sujeito pode construir identidades múltiplas e, até mesmo, contraditórias, pois ela é maleável e está em constante mudança (Hall, 2005). A identidade social pode trazer, para o indivíduo, uma sensação de pertencimento ou afastamento. O pertencimento vem por meio da representatividade social, tanto por meio de mídias sociais, quanto por meio da cultura e de estruturas políticas. Já o afastamento se dá quando o mesmo grupo em que uma pessoa pertence é malvisto, estereotipado e rejeitado por outros indivíduos e grupos. De acordo com Ferreira e Camargo (2011), pessoas negras vivem constantemente sobre o peso de vínculos interpessoais, familiares e sociais, que podem levar à negação de sua subjetividade. São relações, comumente, carregadas de racismo e violências. Suas características físicas, seus corpos e intelectualidade estão sempre sendo colocados em evidência, de tal forma em que tudo isso possa ser inferiorizado, desvalorizado e, até mesmo, violentado. É difícil entender como funciona os fatores de identidade racial no Brasil, visto que, ainda hoje, quanto mais perto da cor branca você estiver, mais facilidades e privilégios têm.

A identidade negra, portanto, pode ser entendida como uma construção social, política, histórica e cultural de cada sujeito. Contudo, construir essa mesma identidade em uma sociedade em que diz que o negro não é belo, torna-se muito difícil. Desde a infância, a partir dos seus primeiros anos, a identidade começa a ser construída e a escola tem um forte poder sobre essa formação, tanto para empoderar o sujeito, quanto para estigmatizá-lo (Gomes, 2003). É na infância, como dito anteriormente, que a identidade começa a ser formada, a partir de grupos familiares, escolares e afins. Também é a partir desses grupos que a identidade negra passa a ser aversiva e excludente, assim como aceita e legitimada, pois os traços negroides, características físicas, começam a aparecer: cabelo crespo, lábios grossos, valores, crenças, surgem para separar o branco do negro.

No que diz respeito à construção e fortalecimento da identidade da mulher negra, podemos encontrar o Feminismo Negro, um movimento social que se organiza destacando a identidade das mulheres negras. Este mesmo movimento discute e reivindica políticas públicas que garantem (ou deveriam garantir) a diminuição da discriminação racial e de gênero.

5.2 Feminismo Negro

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, S., p 16, 1851)

Essa citação foi feita por Sojourner Truth, ex-escrava que se tornou oradora, em 1851. Seu famoso discurso é intitulado por “E eu não sou uma mulher?”, realizado na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio. Truth, em 1851, já deixava claro o quanto era difícil ser mulher negra numa sociedade escravocrata e o quanto o feminismo não abrangia todas nós, a integralidade do cuidado era toda voltada para mulheres brancas.

Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas. E essa diferença radical fazia toda a diferença. (Ribeiro, D., p 35, 2016)

O feminismo negro, movimento político e teórico de mulheres negras que discutem sobre gênero e atuam na luta antirracista, surge nos Estados Unidos, a partir da Segunda Onda do Feminismo em 1970, para auxiliar as mulheres negras a buscarem mais conhecimento político, filosófico e sociológico com relação aos seus direitos, pois o feminismo era um movimento teórico-político que só abraçava mulheres brancas. De acordo com Sueli Carneiro (2003), essa visão branca do feminismo contribuiu para que as desigualdades presentes entre mulheres de diferentes raças, etnias e classes fosse reforçada. Para Hooks (2004), a visão branca do feminismo se deixava influenciar e passava a ser minimizado quando o capitalismo entrava em cena, dando abertura para reafirmar o patriarcado.

No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força em 1980, com movimentações e discussões acerca de políticas públicas voltadas para mulheres negras, coisa que somente o feminismo tradicional não fazia. Aceitamos a hipótese de que enquanto mulheres brancas estavam lutando para poderem conseguir trabalhar fora de casa, as mulheres negras já faziam isso há muito tempo, trabalhando enquanto babás,

faxineiras, lavadeiras, serventes, em geral nas residências das mulheres brancas, sem qualquer tipo de reconhecimento ou ajuda (Freitas & Rodrigues, 2021).

Ao falar sobre feminismo negro, demonstramos a importância da necessidade de autoafirmação das mulheres negras enquanto sujeitas detentoras de força e muita resistência para distanciar-se do domínio da branquitude e do machismo. O Movimento Negro e o Movimento das Associações de Moradores nas favelas e bairros periféricos auxiliaram as mulheres na participação de atos sociais pelas reivindicações de seus direitos. Com relação à luta antirracista, o movimento negro desempenhou um excelente papel para que atos discriminatórios pudessem ser taxados como violência, esse movimento foi construído nos grupos de classe média, já o Movimento das Associações de Moradores surgiu por moradores de periferias e proletários (González, 1984).

Para que as mazelas desta estereotipia e discriminação racial fossem diminuídas e o feminismo negro consolidado, Organizações Não Governamentais (ONGs), começaram a criar coletivos, em meados dos anos 90, no Rio de Janeiro e São Paulo, voltados para a violência doméstica e saúde da mulher negra (Damasco et al., 2002).

Freitas e Rodrigues (2021) salientam que o feminismo negro no Brasil trouxe grandes discussões para os temas de raça, gênero e classe porque essa vertente feminista reconhece que as opressões não atuam de forma isolada, mas sim de maneira interligada. Diferente de uma abordagem feminista tradicional, que muitas vezes priorizou as demandas de mulheres brancas e de classe média, o feminismo negro evidencia como o racismo, o sexismo e as desigualdades socioeconômicas se entrelaçam, afetando de forma particular as mulheres negras.

Segundo Freitas e Rodrigues (2021), por mais que pareçam tópicos distintos, estão interligados e falar sobre feminismo negro, como dito anteriormente, é falar a respeito de interseccionalidade, pois enquanto mulheres e homens brancos ocupavam lugar de destaque em empresas e na sociedade, negras e negros eram vistos como subalternos, tinham pouco acesso a saúde e moravam em locais tidos como insalubres, pois sua remuneração era (e continua sendo) muito baixa. A Secretária de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (2004) e a Política Nacional de Saúde da População Negra (2009) foram criadas para o progresso e avanço da equidade racial na atenção à saúde do povo preto. Tudo isso foi realizado a partir de debates e encontros do Movimento Negro e do Movimento Feminista Negro, pensados em como melhorar a

qualidade de vida, local de moradia, como saneamento básico em favelas, diminuição da violência doméstica, obstétrica e racial da população negra.

O desempenho e a participação das mulheres negras no Movimento Feminista Negro trouxeram grandes avanços para o cuidado da mulher negra no país, e, todo esse cuidado grupal, era visto com muita solidariedade e empatia, pois a história demonstrava que todas elas tinham sofrimentos em comum: o machismo e o racismo. Portanto, as mulheres negras mudaram e continuam mudando, procurando, incessantemente saírem dos ambientes violentos, discriminatórios e estereotipados em que foram colocadas e passando a escolher seus próprios locais de fala, escuta e luta. Saíram de locais em que eram dominadas, para que, em grupo e em movimento, passassem a dominar-se. A seguir, falaremos sobre Territórios, mais conhecido como Favelas, lugares em que muitas mulheres negras estão dominando e chefiando seus próprios lares.

6. Território

Nesta pesquisa, a história das favelas do Rio de Janeiro será brevemente descrita, considerando que a maior concentração de periódicos e estudos acadêmicos sobre favelas no Brasil tem como foco principal as favelas cariocas. Esse recorte não apenas se justifica pela disponibilidade de material científico sobre o tema, mas também pela experiência pessoal da pesquisadora, que reside em uma favela localizada na Zona Oeste do estado do Rio de Janeiro.

A escolha por abordar as favelas cariocas permite um aprofundamento em suas especificidades históricas, culturais e sociais, evidenciando como esses territórios se consolidaram como espaços de resistência e identidade para a população negra. Desde o surgimento da primeira favela, no final do século XIX, com a ocupação do Morro da Providência por ex-combatentes da Guerra de Canudos, as favelas do Rio de Janeiro tornaram-se símbolo das desigualdades urbanas, mas também da força e da organização comunitária (Abreu, 2003).

Ao destacar a realidade dessas favelas, é possível compreender melhor a relação

entre a identidade racial, a autoestima das mulheres negras que nelas residem e a representatividade midiática. As experiências vividas nesses espaços influenciam diretamente a percepção de si dessas mulheres, sua relação com a sociedade e a forma como constroem suas referências e admirações.

Embora o estudo se concentre nas favelas do Rio de Janeiro, reconhece-se que a realidade de mulheres negras faveladas em outras regiões do Brasil compartilha desafios estruturais semelhantes. No entanto, a delimitação geográfica aqui adotada busca garantir um olhar mais detalhado e contextualizado sobre a realidade local, permitindo análises mais aprofundadas e conectadas à vivência da própria pesquisadora. Dessa forma, a abordagem adotada fortalece a legitimidade e a relevância do estudo, ao partir de uma perspectiva tanto acadêmica quanto experiencial.

No século XIX, favela era considerada a gênese da pobreza, local onde as pessoas de mais baixa renda moravam e se refugiavam, esse lugar também era tido como o ambiente em que as doenças infecciosas se espalhavam mais rapidamente, assim como qualquer outra dificuldade percebida socialmente, como a fome, miséria, falta de estrutura adequada nas moradias e sem qualquer segurança sanitária (Valladares, 2000).

Atualmente, as favelas são constituídas por moradias que não seguem a conjuntura que o Estado e a cidade impõem como padrão, no entanto, são um terreno de muita subsistência e política que afetam, inevitavelmente, a vida de seus moradores (Roy, 2017). Por conta disso, o contexto social se faz importante na vida das participantes deste projeto, pois urge a demanda em saber o quanto esse mesmo local pode afetar positivamente ou negativamente a autoestima das mulheres negras. De acordo com o que diz a pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2009, a favela é composta, em sua maioria, por moradores negros. Segundo a pesquisa, 26% das casas são chefiadas por mulheres negras.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a autoestima de mulheres negras que residem em favelas e investigar quem são os ídolos midiáticos que as representam. Para isso, torna-se fundamental resgatar a história das favelas de maneira positiva, destacando seu papel na construção da identidade e da resistência da população negra, especialmente das mulheres que nelas vivem. A visão estereotipada das favelas

desconsidera a potência desses territórios como espaços de cultura, solidariedade e organização coletiva. O Rio de Janeiro, em particular, abriga algumas das favelas mais emblemáticas do Brasil, que são não apenas locais de moradia, mas também verdadeiros centros de produção cultural, social e política.

6.1 Contexto histórico das Favelas

O fim do século XIX e a primeira metade do século XX, foram marcados por transformações significativas nas configurações da sociedade brasileira, como, por exemplo; a abolição da escravidão em 1888, a imigração de europeus, processo de industrialização, fenômenos que contribuíram para o grande crescimento populacional nos centros urbanos, apontando para desafios na infraestrutura das cidades brasileiras, em especial Rio de Janeiro e São Paulo

No contexto da cidade do Rio de Janeiro, o período foi marcado por diversas transformações, em especial no que compete ao contexto urbano, a cidade passou por uma rápida urbanização e industrialização. Entretanto, embora tenha se passado por um processo de modernização, o processo de urbanização não foi acompanhado por políticas adequadas de planejamento urbano e habitação, contribuindo para o crescimento populacional em especial na região central da cidade, através da ocupação dos cortiços e morros.

Os cortiços eram uma forma comum de habitação para as classes trabalhadoras urbanas; trabalhadores pobres, operários, portuários e imigrantes. Eram espaços densamente povoados, marcados por condições habitacionais insalubres, que se transformaram em focos de epidemias e infecções sanitárias que assolavam sistematicamente a cidade, afetando em especial a força de trabalho. Situação que contribuiu para a legitimação de políticas higienistas com o intuito de erradicação desses espaços e que, na verdade, objetivavam banir e controlar a população pobre da região central da cidade, sob o discurso de defesa da saúde pública.

Sob a implementação desta política higienista contra os cortiços e a falta de uma política de habitação eficaz, houve um agravamento na crise de moradias, colaborando

para a transferência de habitantes, especialmente pertencentes as camadas mais pobres da população, para os subúrbios ou morros próximos do centro (Souza, 2003). No contexto de crescimento populacional e crise habitacional, observa-se um aumento do processo de favelização. Além dos processos já mencionados, o movimento provocado pelo êxodo rural, através da migração de trabalhadores do campo para as cidades em busca de melhores condições de trabalho, intensificou o crescimento das favelas (Farias, 2007).

A população mais pauperizada, composta por ex escravos, desempregados, trabalhadores operários, migrantes, encontraram nesses espaços lugar de moradia nas cidades, entretanto, desde a gênese até os dias atuais, seus moradores cotidianamente se deparam com dificuldades para a sua subsistência no espaço urbano.

Apesar da expansão do tecido urbano e da melhoria dos transportes coletivos, o mercado de trabalho continuava a se concentrar no centro da cidade e no seu entorno. [...] Essa dependência das zonas centrais, associada à tolerância dos poderes públicos no tocante à ocupação dos morros, reforçou consideravelmente o processo de expansão das favelas nessa região durante as primeiras décadas do século XX. (Gonçalves, 2013, p. 65)

A partir da década de 1930, as mudanças políticas e econômicas, especialmente a crise da economia cafeeira e o intenso fluxo migratório de trabalhadores rurais desempregados, tiveram um impacto significativo no crescimento da população em situação de pobreza nas cidades. De acordo com Farias (2007), entre 1950 e 1980, a cidade do Rio de Janeiro recebeu aproximadamente 1,8 milhão de migrantes de longa distância. Esse movimento foi impulsionado pela crise do setor cafeeiro e pelas transformações sociais e econômicas vividas pelo país, resultando no êxodo rural e na consequente expansão e adensamento urbano, o que contribuiu para a ampliação das áreas de favelas.

De acordo com análise de Farias (2007), se por um lado, o Poder Público segrega e exclui a população pobre, por outro lado, facilita, motiva e até ordena o processo de ocupação de algumas áreas, atendendo através desse processo, os interesses do grande capital imobiliário. Em décadas de ocupações de territórios favelados, seus moradores foram vistos e estigmatizados enquanto marginais, representantes de perigo, não sendo reconhecidos enquanto parte do tecido urbano. Suas construções, que destoavam dos padrões hegemônicos que o Estado e o mercado definiam enquanto padrão de ocupação e modelo civilizatório, reforçavam a estigmatização desses

territórios associando-os as ideias de carência, informalidade e ilegalidade (Abreu, 2003).

Segundo Gonçalves (2013), os aspectos precários e não projetados das construções da favela não significam, que esses espaços tenham se construído de forma marginal, mas, pelo contrário, a expansão das favelas cariocas se desenvolveu imbricada ao contexto das diferentes concessões e decisões do Estado por meio das políticas urbanas.

Montanõ e Doriguetto (2011), apontam que, a partir de 1976, também houve uma expansão dos movimentos de associação de moradores e/ou sociedades de amigos de bairros (SABs). No entanto, nas favelas, muitas associações já tinham se formado antes da ditadura. Com o processo de democratização, houve uma retomada também no dinamismo dessas associações nas favelas também.

A atuação das associações de moradores se desenvolveu em várias lutas no âmbito dos bens de consumo coletivo, como o acesso à moradia ou pelo acesso a serviços de infraestrutura, equipamentos sociais ou transportes coletivos etc. Ao longo da construção e consolidação de diversas favelas, os movimentos sociais de favelas desempenharam papel importante na consolidação da reivindicação pelo direito à cidade. Embora ao longo da história tenha exercido um papel de extrema importância, inclusive enquanto mediadora de conflitos, observa-se, atualmente, que as associações de moradores de favelas já não exercem a mesma força política exercida no passado.

Pensando sobre a cidade do Rio de Janeiro e a história das favelas cariocas, a existência destes territórios possibilitaram o acesso e permanência de um grande contingente populacional. De acordo o Jornal “Correio Braziliense”¹ em matéria exclusiva com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aponta que a partir de dados preliminares do Censo Demográfico do de 2022², o Brasil tem 11.403 favelas, onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas, esse dado indica a expansão de cerca de 40% no número de brasileiros residindo em favelas se comparado ao último Censo há 12 anos atrás, o que evidencia que a expansão das favelas não parou no século

¹ Para maiores informações, matéria disponível na íntegra em:

< <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/03/5080449-sol-nascente-supera-rocinha-em-habitantes-e-se-torna-maior-favela-do-pais.html>> Acesso em: 22 de abril de 2023

² Importante destacar que até o momento da elaboração desta dissertação os dados oficiais ainda não foram disponibilizados e ainda estão sujeitos a revisão pelo instituto.

passado, pelo contrário, esses espaços continuam em expansão. Ainda, de acordo com o IBGE, a segunda e a terceira maior favela do Brasil são favelas cariocas, sendo Rocinha e Rio das Pedras, consecutivamente.

No Brasil, o Censo é realizado a cada 10 anos, o último foi realizado em 2010, entretanto, em decorrência da Pandemia da Covid-19, o censo que seria realizado em 2020 foi adiado, e posteriormente sob justificativa de questões orçamentárias foi novamente suspensa. A pesquisa está sendo realizada desde o segundo semestre de 2022, entretanto os profissionais estão se deparando com dificuldades que estão impactando e atrasando a divulgação dos dados oficiais. Como estratégia para alcançar a população favelada, o IBGE construiu parceria com a Central Única das Favelas – CUFA para completar a pesquisa em algumas favelas. A estratégia da aproximação com organizações, movimentos sociais e lideranças comunitárias é extremamente importante para o alcance dos resultados nesses espaços.

Embora a vida nas favelas seja historicamente marcada pela negação de direitos, pelo controle social e pela precariedade das políticas públicas, sua realidade vai muito além dessas dificuldades. As favelas são espaços de construção identitária, resistência cultural e fortalecimento de redes de afeto e solidariedade. Isso reforça a ideia de que morar na favela não é apenas uma questão de necessidade, mas também de pertencimento, vínculos e escolhas individuais (Fernandes & Costa, 2013).

Em meio a diversidade, culturas e saberes diferentes, também há muita criatividade. Com a ausência de ajuda oriunda do estado, os moradores das favelas acabam criando modos de sobrevivência com o auxílio uns dos outros. Podemos usar como exemplo, a própria Pandemia da COVID-19, que fez com que os moradores de favela se articulassem para reduzir os danos do vírus em seus territórios. Em coletivos existentes nas próprias comunidades havia coleta e distribuição de alimentos, coleta e distribuição de produtos de higiene e distribuição de quentinhas para aqueles que perderam seus empregos, entes queridos, e ficaram sem qualquer tipo de renda financeira mensal. Ocorriam também ações de prevenção sobre como os moradores deveriam se comportar diante dos perigos que a pandemia trazia e, assim, todos pudessem se proteger. Todo esse manejo para a não proliferação do vírus e cuidado com os mais prejudicados deixou claro que mesmo sem o auxílio do estado, a favela não deixa de ser potente e resistente (Fleury & Menezes, 2020).

As carências sempre existiram nos territórios das favelas, mas, quando a necessidade se transforma em demanda e a demanda aciona a ação coletiva, já estamos falando de potências. (Fleury & Menezes, 2020, p. 279)

6.2 Mulheres Negras de Favelas

Nas favelas ocorrem muitas lideranças comunitárias, lideranças essas chefiadas por mulheres negras, na procura de um espaço em que seja mais bem aproveitado por elas e por seus familiares e amigos e estudos como os de Nunes (2021), que ainda está em andamento, exemplificam e atestam isso. Segundo a autora, as mulheres negras estão sempre em busca de transformações efetivas nas favelas para que haja, cada vez mais, uma sociedade mais democrática, com mais equidade e igualdade.

Nossos corpos e nossa história são demarcados pelo racismo, pela ausência de cuidado e excesso de violência, seja ela simbólica ou física. Porém, são os nossos laços familiares, nossa vizinhança, os espaços de debates e rodas de conversa que frequentamos, que nos auxiliam a sair do lugar de dor, para o de resistência. É a “mulher de favela” bem denominado por Nunes (2021), que auxilia na construção do espaço geográfico, econômico, político e social das comunidades, pois muitas delas estão nas cidades e nas favelas. No entanto, sua imagem continua sendo negativa, subalternizada e estigmatizada por aqueles que não moram ou sequer conhecem o território.

No imaginário social está estabelecida uma relação entre duas cidades distintas: a favela e o asfalto, ou a favela e o restante da cidade. A essa primeira, a representação da desordem, do medo, do local de moradia da “classe perigosa” (Valladares, 2020 citado por Nunes, p. 67, 2021)

Vivemos em um sistema marcado por múltiplas formas de opressão – política, estética e social –, que estruturam e perpetuam desigualdades históricas. Para enfrentar essa realidade, é necessário um esforço contínuo de resistência, apoio mútuo e cuidado coletivo, pois a violência que nos cerca não é apenas física, mas também simbólica e estrutural (Fernandes e Costa, 2013).

No Brasil, os dados sobre feminicídio revelam um padrão alarmante: as principais vítimas dessa violência são mulheres e meninas negras (Mapa de Violência, FLACSO Brasil, 2015). O feminicídio, como crime de ódio baseado no gênero, não

ocorre de maneira aleatória; ele é resultado de um sistema patriarcal e racista que considera corpos femininos – especialmente os corpos femininos negros – como descartáveis e desprovidos de proteção institucional. Mulheres são assassinadas por conta de sua orientação sexual, sua cor e, muitas vezes, apenas pelo fato de serem mulheres. Essa realidade escancara como o machismo e o racismo se entrelaçam, reforçando hierarquias sociais que colocam as mulheres negras em uma posição de maior vulnerabilidade.

Nesse contexto, o conceito de interseccionalidade torna-se essencial para compreender e combater essas desigualdades. Como discutido neste trabalho, a interseccionalidade (Zamora & Teixeira, 2019) permite analisar como diferentes eixos de opressão – gênero, raça, classe, sexualidade – se combinam e intensificam as experiências de discriminação e violência. O racismo e o sexismo não atuam isoladamente; ao contrário, eles se entrelaçam de forma complexa, criando condições sociais em que mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e periféricas enfrentam riscos ainda maiores de sofrer violência.

Estudar e falar sobre interseccionalidade não é apenas um exercício acadêmico, mas uma necessidade urgente para a construção de políticas públicas eficazes, que levem em conta a diversidade das vivências femininas. O reconhecimento dessas interações entre raça, gênero e classe social permite criar estratégias mais direcionadas para combater a violência de gênero e garantir que a proteção estatal não seja seletiva, beneficiando apenas determinados grupos de mulheres (Kyrillos, 2020).

As favelas brasileiras são berços de mulheres negras potentes, resistentes e inspiradoras, que desafiam as adversidades impostas por um sistema estruturado na desigualdade. São nesses territórios que nascem e se fortalecem lideranças como Marielle Franco, uma mulher negra, favelada, bissexual, criada na Maré, que dedicou sua vida à luta pelos direitos humanos, pela equidade racial e de gênero e pela justiça social.

Marielle tornou-se um símbolo de resistência ao ocupar espaços historicamente negados às mulheres negras. Eleita vereadora do Rio de Janeiro em 2016 com a quinta maior votação do estado, sua presença na política representava não apenas uma conquista individual, mas um avanço coletivo para todas as mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+ que se viam excluídas das esferas de poder. Sua trajetória era um

testemunho vivo de que as favelas não são apenas espaços de carência, mas também de potência, conhecimento e mobilização social.

Porém, infelizmente, a ascensão de mulheres negras ao poder ainda é percebida como uma ameaça dentro de um sistema político estruturalmente racista e misógino. Marielle Franco foi brutalmente assassinada em março de 2018, aos 39 anos, tornando-se mais uma vítima da violência política direcionada a mulheres negras que ousam ocupar espaços de decisão. Seu assassinato não foi apenas um ataque à sua vida, mas uma tentativa de silenciamento de toda uma luta que ela representava. Até hoje, seis anos depois, o Brasil segue sem respostas definitivas sobre quem mandou matar Marielle, evidenciando a impunidade e a falta de compromisso estatal em proteger e garantir justiça para mulheres negras defensoras de direitos humanos.

Marielle sofreu na pele o peso do racismo, do sexismo, da violência de classes e, em momento algum, deixou de lutar. Lutou tanto que passou a incomodar muitas pessoas. Enquanto ativista negra, lutou pelos direitos das mulheres negras e toda a comunidade LGBTQIA+ que também fazia parte.

Anielle Francisco da Silva, irmã de Marielle, mais conhecida como Anielle Franco, é professora, jornalista e ativista brasileira, diretora do Instituto Marielle Franco e ministra da Igualdade Racial do Brasil. Anielle continua, assim como sua irmã o fazia, lutando pelos direitos das mulheres negras, do povo preto, para que nossa voz continue ecoando e para que sejamos vistas para além de um território marginalizado.

A mulher negra que habita nas favelas cariocas é ícone de luta diária por melhorias da população e de cuidado relacionado a outras mulheres. A luta não é solitária, é em conjunto para que mais mulheres sejam como Anielle e Marielle Franco, mas sem a violência que assolou de maneira muito trágica esta família (Gimenez & Dutra, 2021).

A favela, historicamente, tem sido associada a uma imagem negativa, frequentemente retratada na mídia e no discurso público como um espaço de marginalidade, violência e precariedade. No entanto, essa percepção limitada ignora a riqueza cultural, a potência criativa e a diversidade social que caracterizam esses territórios (Abreu, 2003). As mulheres negras, sejam elas figuras públicas ou agentes anônimas do cotidiano, desempenham um papel fundamental na ressignificação desse

espaço, seja por meio de ações diretas na comunidade, seja por meio da visibilidade conquistada em arenas políticas e midiáticas (Lopes & Facina, 2010).

Marielle Franco e Anielle Franco são exemplos notáveis desse processo. Marielle, vereadora e ativista dos direitos humanos, construiu sua trajetória política com base na luta por direitos das populações periféricas e negras, rompendo com a narrativa hegemônica que reduz a favela a um lugar de ausência e sofrimento. Seu legado continua vivo na atuação de sua irmã, Anielle Franco, que segue transformando as estruturas políticas e sociais, reforçando a importância da favela como um espaço de resistência e construção coletiva. Ambas mostram, com suas trajetórias, que a favela não é apenas um lugar de carência, mas também de potência, organização e inovação.

A diversidade de saberes, culturas e identidades presentes nas favelas brasileiras é imensa. Esses territórios abrigam formas de conhecimento que muitas vezes não são reconhecidas pelas instituições formais, mas que são fundamentais para a sobrevivência e a construção de vínculos comunitários. A musicalidade, a oralidade, a religiosidade, o empreendedorismo e os movimentos culturais e políticos originados nas favelas são exemplos de como esses espaços produzem conhecimento e inovação, resistindo a tentativas históricas de apagamento (Lopes & Facina, 2010).

Trazendo essa discussão para a Teoria da Identidade Social de Tajfel (1981), podemos entender a favela e a cidade como grupos interdependentes. De acordo com Tajfel (1981), os grupos sociais só existem em relação a outros grupos, ou seja, a identidade de um grupo é construída em oposição e em comparação a outro. A favela, portanto, não pode ser compreendida isoladamente, pois sua existência é definida, em grande parte, pela relação que mantém com o "asfalto", termo popularmente utilizado para se referir às regiões urbanas consideradas mais privilegiadas. O problema não está na favela em si, mas na maneira como a sociedade a enxerga e hierarquiza, colocando-a sempre como um "outro" inferior ao centro urbano (Nunes & Veillette, 2022).

Ao reivindicar narrativas que valorizam a favela, as mulheres negras que ocupam espaços de visibilidade estão desafiando essa estrutura e construindo novas formas de pertencimento e autoestima para os moradores desses territórios (Nunes & Veillette, 2022). A ressignificação da favela não é apenas uma questão de representação simbólica, mas também uma luta concreta por direitos, reconhecimento e dignidade. Assim, entender a favela como um espaço de saberes múltiplos e de resistência é

essencial para romper com estereótipos e promover uma visão mais justa e realista sobre esses territórios e suas populações.

7. Representações Midiáticas

Entende-se por representações midiáticas as formações culturais que estabelecem conexões entre a memória coletiva, o que é visto e armazenado na percepção social, e aquilo que é reproduzido em diferentes veículos de comunicação, como programas de rádio, televisão e redes sociais (Freire Filho, 2008). Essas representações não apenas refletem a realidade social, mas também desempenham um papel ativo na construção e reforço de identidades individuais e coletivas.

Ao citar figuras como Marielle Franco e Anielle Franco, estamos falando de representações midiáticas que fogem dos estereótipos historicamente impostos às mulheres negras. Ambas surgem na mídia não como personagens secundárias ou reforçando papéis subalternos, mas como protagonistas de narrativas de resistência, luta política e transformação social. Elas representam mulheres negras em posições de liderança e impacto social, oferecendo uma referência positiva para outras mulheres negras que buscam se enxergar em espaços de poder e decisão.

A visibilidade de figuras como Marielle e Anielle Franco na mídia contribui para a desconstrução de estereótipos e para a promoção de um imaginário social mais diverso, onde mulheres negras não são apenas lembradas em contextos de sofrimento e marginalização, mas também como agentes de transformação e sucesso. Essas representações midiáticas positivas têm um impacto significativo na autoestima e no senso de pertencimento das mulheres negras, fortalecendo a identidade coletiva e incentivando a ocupação de espaços historicamente negados a elas (Candido & Junior, 2019).

Da mesma forma que os estereótipos são construções cognitivas e culturais, as representações midiáticas também o são, pois refletem e reforçam aquilo que a sociedade entende como real e aceitável. Os autores, Candido e Junior (2019), salientem

que a mídia desempenha um papel fundamental na manutenção de padrões sociais e na definição do que é considerado normativo ou marginalizado. Um exemplo clássico disso é a forma como as pessoas negras são retratadas no entretenimento e na publicidade: atores negros frequentemente são escalados para papéis de escravos, bandidos ou vilões, enquanto atrizes negras costumam interpretar faxineiras, babás ou personagens que raramente ocupam posições de poder, sucesso ou protagonismo. Essa padronização da narrativa midiática contribui para a reprodução de uma visão limitada e estigmatizante da população negra, restringindo sua presença a determinados espaços simbólicos dentro da cultura popular (Candido & Junior, 2019).

A mídia não apenas retrata a realidade, mas também a molda e a reforça. Quando repetidamente vemos corpos negros associados a imagens de violência, servidão ou hipersexualização, essas representações tornam-se parte de um imaginário coletivo que influencia a maneira como a sociedade percebe e trata pessoas negras na realidade (Hooks, 2019). Isso significa que a ausência de representações positivas e diversificadas não é apenas um reflexo de desigualdades estruturais, mas também um mecanismo que perpetua essas desigualdades.

Além disso, as mídias sociais e os produtos midiáticos contemporâneos continuam a desempenhar um papel central na definição de padrões de beleza, comportamento e sucesso. A hipersexualização de corpos negros, especialmente de mulheres negras, é um fenômeno amplamente documentado, onde a mídia reforça a ideia de que a mulher negra deve ser vista prioritariamente pelo viés do desejo e da sensualidade, em vez de ser reconhecida por sua inteligência, capacidade profissional ou subjetividade complexa (Filho, 2008).

É importante destacar que essas representações não surgem de forma isolada. Elas fazem parte de um sistema maior de hierarquias raciais e sociais que são reproduzidas e naturalizadas por meio da mídia. Por isso, discutir e analisar criticamente essas narrativas é essencial para transformar as formas de representação e garantir que pessoas negras possam ocupar diferentes espaços e papéis na mídia, sem que sua presença esteja condicionada a estereótipos limitantes (Hooks, 2019).

Da mesma forma que os estereótipos são informações cognitivas culturais, as representações midiáticas também são, pois o que aparece na mídia é exatamente aquilo que a sociedade reforça enquanto real, como, por exemplo, o ator negro que só faz papel

de escravo, bandido ou vilão, a atriz negra que interpreta faxineiras, babás e papéis que, raramente, estão em posição de sucesso (Barbosa, 1987). A mídia é responsável por aceitar ou reprovar algum comportamento, pois é por meio dela é que os padrões de ordem social passam a ser definidos e aceitos. Corpos negros, como dito aqui, também são estigmatizados e hipersexualizados por meio do que aparece nas mídias sociais consumidas pela população (Freire Filho, 2008).

Assim como representações midiáticas podem ajudar a reforçar estereótipos, influenciar no estilo de vida das pessoas, ela pode mexer diretamente com a autoestima das mulheres, sobretudo das mulheres negras, pois o que aparece são corpos brancos, magros, cabelo liso, traços europeus, diferentes do que é visto e vivido na realidade. A branquitude dita o que é belo e bem-sucedido e a negritude não faz parte disso (Bento, 2022).

Neste trabalho, utilizaremos o termo 'Ídolos' para nos referirmos às representações midiáticas de mulheres negras, ou seja, aquelas figuras públicas que representam modelos de sucesso, resistência e empoderamento, especialmente na mídia. O objetivo é investigar quem são os ídolos dessas mulheres, o quanto elas se identificam com essas figuras e, principalmente, como essa identificação pode influenciar sua autoestima.

Dentre os nomes mais citados, destacam-se Beyoncé, uma cantora negra americana de fama internacional; Thais Araújo, uma atriz negra brasileira muito admirada pelo seu trabalho na televisão e seu ativismo social; e Liniker, uma cantora e compositora negra brasileira, também reconhecida pela sua carreira artística e por sua luta pela representatividade LGBTQIAPN+. Esses ídolos foram frequentemente associados a emoções e sentimentos positivos pelas mulheres negras participantes da pesquisa, refletindo a importância que essas figuras têm na construção da identidade e da autoestima dessas mulheres.

A identificação com esses ídolos não se limita apenas à admiração por suas habilidades ou conquistas, mas também está profundamente ligada a questões de representatividade e pertencimento. Para muitas mulheres negras, essas personalidades representam mais do que modelos de sucesso; elas são símbolos de resistência, autenticidade e afirmação da identidade negra em um contexto social e cultural que historicamente tem marginalizado suas experiências.

A presença de ícones como Beyoncé, Thais Araújo e Liniker no imaginário coletivo das mulheres negras é um reflexo de um desejo de ver-se representada e valorizada, não apenas nas camadas superficiais da mídia, mas também em posições de poder, visibilidade e influência. Essas figuras públicas proporcionam às mulheres negras uma forma de reconhecimento e validação de sua própria identidade, ao mesmo tempo em que oferecem um espaço de identificação e empoderamento.

É importante destacar que a influência desses ídolos na autoestima das mulheres negras vai muito além de uma simples admiração pelo sucesso ou pela fama. O impacto emocional dessa relação está profundamente ligado à forma como essas figuras representam aspectos essenciais da identidade negra, como a luta contra o racismo, a aceitação do corpo negro e o empoderamento feminino. Quando as mulheres negras se veem refletidas nessas personalidades, isso pode impactar diretamente a construção de uma imagem positiva de si mesmas e fortalecer o sentimento de pertencimento ao seu grupo social.

Dessa forma, esta pesquisa busca entender o papel fundamental dessas representações midiáticas na vida das mulheres negras, investigando como essa identificação com os ídolos influencia a sua autoestima e o fortalecimento de sua identidade racial. Esse estudo visa contribuir para o entendimento da importância da representatividade na mídia, especialmente para grupos historicamente marginalizados, e como ela pode ser uma ferramenta poderosa no processo de autoaceitação e resistência à opressão.

8. Objetivos

Objetivo geral

Testar a relação entre o nível de identificação com um ídolo representativo e a autoestima de mulheres negras que vivem em favelas.

Objetivos específicos

- Caracterizar a força de associação do self ao ídolo (Figura 2B).
- Caracterizar a força de associação do self ao grupo de mulheres negras (Figura 2C).
- Caracterizar a força de associação do ídolo ao grupo de mulheres negras (Figura 2D).

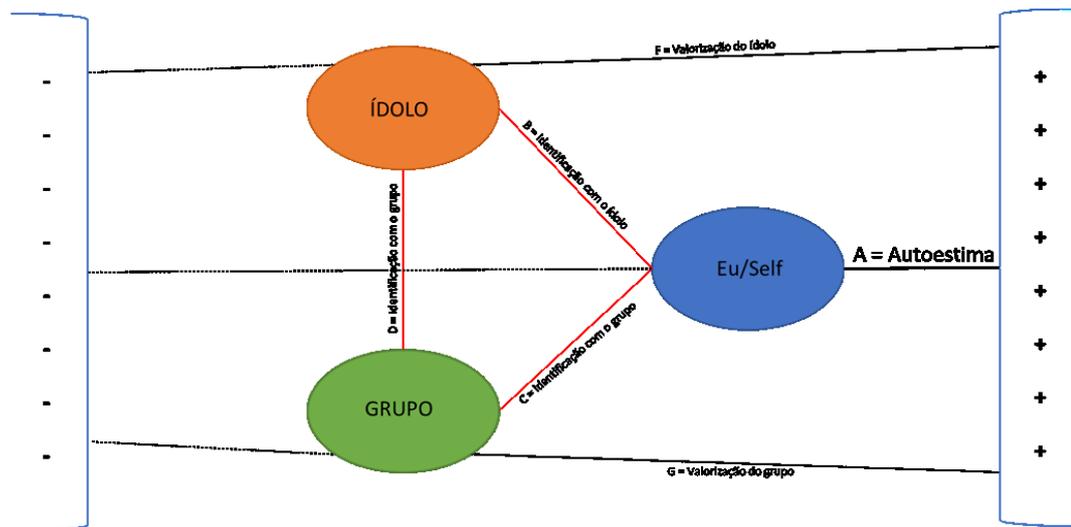


Figura 2. Ilustração das relações a serem testadas.

9. Métodos

Participantes

Participaram da pesquisa 397 mulheres negras, divididas entre 83,9% pretas e 16,1% pardas, com idade entre 18 e 72 anos ($M= 29,58$ anos e $DP= 8,0$). De acordo com os estados brasileiros em que vivem atualmente, 91% das participantes residem na região Sudeste do país, 5,1% na região Nordeste, 0,6% no Centro-Oeste, 1,6% na região Sul e 1,5% estão fora do Brasil. A pesquisa foi direcionada para mulheres negras que moram em favelas, no entanto, apenas 30,5% das pesquisadas responderam que moram em favelas. De acordo com sua orientação sexual 70,5% é heterossexual, 4% homossexual, 23,2% bissexual e 2,3% não especificou.

A escolaridade das participantes diferenciou-se bastante, 20,9% com a pós-graduação completa, 11% com a pós-graduação incompleta, 27,5% com o superior completo, 24,7% superior incompleto, 13,2% ensino médio completo, 1,1% ensino médio incompleto e 1,6 ensino fundamental completo. Já com relação ao vínculo empregatício, 72,8% das mulheres estavam empregadas e 27,2% não estavam trabalhando no momento. A renda mensal das participantes variava de um até 5 salários-mínimos mensais ($M=4,35$; $DP = 3,6$). Apenas 18,1% das participantes têm filhos.

Instrumentos

Utilizou-se um questionário on-line disponibilizado em um endereço na internet. O questionário continha perguntas sociodemográficas, tais como, gênero, orientação sexual, idade, raça/cor de acordo com a definição do IBGE, escolaridade, se estava ou não com algum vínculo empregatício no momento e o rendimento mensal. O questionário continha a *Escala de Autoestima de Rosenberg* (Hutz & Zanon, 2011) e a *Escala de Identificação com o Grupo* (Walchelke, 2012).

Escala de Autoestima de Rosenberg (Hutz & Zanon, 2011), trata-se da versão brasileira da *Self-Esteem Scale* (Rosenberg, 1965). Essa escala avalia a autoestima global por meio de 10 itens. Os itens devem ser respondidos em uma escala do tipo Likert de quatro pontos, que variam entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente”. Quanto maior o escore obtido na escala, maior o nível de autoestima. Exemplos de itens são: “Eu acho que eu tenho várias boas qualidades” e “Eu gostaria de poder ter mais respeito por mim mesmo”.

A *Escala de Identificação com o Grupo* (Walcheke, 2012) trata-se de um instrumento unifatorial que visa a aferir a relação entre o indivíduo e o grupo. A escala tem 6 itens em formato de afirmativas para que os participantes respondam o quanto concordam com elas, em uma escala Likert de 7 pontos, tal que 1 = discordo fortemente e 7 = concordo fortemente. A escala contém itens que devem ser preenchidos com o grupo alvo de investigação. Aqui estão alguns exemplos da escala de atitudes frente a mulheres negras: Sinto que mulheres negras possuem tanto valor quanto eu; sinto vergonha de outras mulheres negras; Mulheres negras fazem um trabalho tão bom quanto mulheres de outra raça? eu tenho sentimentos bons relacionados a outras

mulheres negras; tenho motivos para me orgulhar de outras mulheres negras; de modo geral, estou satisfeita com o comportamento de outras mulheres negras. Ela pode ser usada para diversos grupos que, ao longo da história, têm sido marginalizados e reduzidos a estereótipos, pois todos buscam ser reconhecidos por suas capacidades, potencialidades e contribuições além das limitações impostas pela sociedade. No estudo de elaboração, a escala apresentou alfa de Cronbach, superior a 0,85. Neste estudo, ela foi usada para avaliar as relações entre: o self e o ídolo (Figura 2B); o self e o grupo de mulheres negras (Figura 2C), e o ídolo e o grupo de mulheres negras (Figura 2D).

A relação do ídolo e do grupo com o afeto (Figura 2, F e G) foi avaliada com adaptações feitas para este estudo da Escala de Autoestima de Rosenberg (Hutz & Zanon, 2011). Para aferir a avaliação das participantes sobre o grupo “mulheres negras”, atitude frente a mulheres negras, as participantes deviam responder, em uma escala de quatro pontos, tal que 1 = discordo totalmente e 4 = concordo totalmente, o quanto concordam com as seguintes afirmações: “Sinto que mulheres negras possuem tanto valor quanto os outros grupos sociais; Sinto vergonha de outras mulheres negras; Mulheres negras fazem um trabalho tão bom quanto mulheres de outra raça; Eu tenho sentimentos bons relacionados a outras mulheres negras; Tenho motivos para me orgulhar de outras mulheres negras; De modo geral, estou satisfeita com o comportamento de outras mulheres negras”. *Alfa de Cronbach: 0,80*. Para aferir a avaliação das participantes sobre o ídolo, atitude frente ao ídolo, elas deviam responder o quanto concordavam com as seguintes afirmativas: “Sinto que “nome do ídolo” possui tanto valor quanto eu; Sinto vergonha de “nome do ídolo”; Eu acho que “nome do ídolo” tem muitas boas qualidades; Eu tenho sentimentos bons relacionados a “nome do ídolo”; Tenho motivos para me orgulhar de “nome do ídolo”; De modo geral, estou satisfeita com o comportamento de “nome do ídolo”. *Alfa de Cronbach: 0,88*.

Procedimentos

De coleta: A coleta de dados pesquisa se deu via internet. O link do questionário foi compartilhado em redes sociais e por e-mails para contatos dos pesquisadores.

De análises: Foram realizados testes de Correlações entre as Estatísticas Descritivas para analisar a autoestima das participantes e uma matriz de correlações

para identificar padrões significativos nas relações entre idade, autoestima, identidade racial e atitudes em relação a ídolos. Realizou-se uma análise de redes, de maneira exploratória, para testar as conexões entre as variáveis. E, também, realizou-se uma correlação de Spearman para testar as relações entre Autoestima, Atitude frente a mulheres negras, Atitude frente ao ídolo, Identificação com mulheres negras, Identificação com o Ídolo, Identificação do ídolo com mulheres negras. Por fim, foi feito um teste de estatísticas descritivas sobre quem são os ídolos midiáticos mencionados pelas participantes da pesquisa.

Éticos: Esta pesquisa foi apreciada e obteve parecer favorável para ser realizada pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil (registrado junto à CONEP – Cf. Ofício n. 2254/Carta n. 0078 – CONEP/CNS/MS, de 12 de agosto de 2010), sob número de protocolo 57438522.2.0000.524.

10. Resultados

A Tabela 1 apresenta estatísticas descritivas de diferentes variáveis, incluindo Autoestima, NegraSelf, AtitudeNegras, AtitudeÍdolo, ÍdoloNegra e ÍdoloSelf. A análise dos dados sugere que os participantes têm uma autoestima moderada ($M = 2,77$, $DP = 0,61$) em uma escala de 1,10 a 4,00. Isso indica que a maioria não tem autoestima extremamente baixa nem extremamente alta, mas sim um nível intermediário.

Tabela 1. *Estatística Descritiva de diferentes Variáveis.*

	Autoestima	NegraSelf	AtitudeNegras	AtitudeÍdolo	ÍdoloNegra	ÍdoloSelf
<i>N</i>	391	366	356	216	204	197
Omisso	0	25	35	175	187	194
Média	2.77	5.77	3.70	3.82	5.84	5.39
DP	0.61	0.92	0.32	0.29	1.35	1.32
Mínimo	1.10	2.50	2.33	2.80	1.67	1.00
Máximo	4.00	7.00	4.00	4.00	7.00	7.00

Nota. NegraSelf = Identificação com o grupo mulher negra. AtitudeNegras = Atitude frente a mulheres negras. AtitudeÍdolo = Atitude frente ao ídolo. ÍdoloNegra = Identificação do ídolo ao grupo de mulheres negras. ÍdoloSelf = Identificação com o ídolo.

Em relação à identidade negra, os valores de NegraSelf ($M = 5,77$, $DP = 0,92$) e ÍdoloNegra ($M = 5,84$, $DP = 1,35$) mostram que os participantes, em geral, têm uma percepção positiva sobre a negritude e sobre figuras negras como ídolos. No entanto, o desvio-padrão relativamente alto para ÍdoloNegra (1,35) sugere uma maior variação de respostas, indicando que nem todos compartilham dessa visão na mesma intensidade.

Já as atitudes em relação aos negros e aos ídolos apresentam médias elevadas (AtitudeNegras = 3,70 e AtitudeÍdolo = 3,82) com desvios-padrão baixos (0,32 e 0,29, respectivamente). Isso significa que a maioria dos participantes tem atitudes positivas e há pouca variação nessas respostas, sugerindo um consenso maior nessas dimensões.

Quando analisamos a variável ÍdoloSelf ($M = 5,39$, $DP = 1,32$), observamos que os participantes, embora tenham uma percepção positiva sobre si mesmos, atribuem um valor um pouco menor a si próprios do que a ídolos negros (ÍdoloNegra = 5,84). Isso pode sugerir que os participantes enxergam figuras negras públicas com admiração, mas que essa valorização não é igualmente refletida na autoimagem.

Outro ponto importante é a quantidade de respostas omitidas. Algumas variáveis, como AtitudeÍdolo (175 omissões) e ÍdoloNegra (187 omissões), tiveram um número significativo de respostas ausentes, o que pode indicar que essas questões eram mais difíceis de responder ou menos relevantes para alguns participantes. Isso deve ser considerado ao interpretar os resultados, pois a falta de respostas pode influenciar a representatividade dos dados.

Com base na matriz de correlações apresentada, na Tabela 2, é possível identificar padrões significativos nas relações entre idade, autoestima, identidade racial e atitudes em relação a ídolos.

Tabela 2. Matriz de Correlações de Spearman entre as Variáveis de acordo com a Escala de Grupos

	1	2	3	4	5	6
1. NegraSelf	—					
2. AtitudeNegras	0.40***	—				
3. AtitudeÍdolo	0.30***	0.39***	—			
4. IdoloNegra	0.38***	0.21**	0.34***	—		
5. IdoloSelf	0.28***	0.17*	0.35***	0.21**	—	-
6. Idade	-0.02	-0.11*	-0.04	-0.06	-0.08	—

7. Autoestima	0.13*	0.06	0.03	0.03	0.05	0.30***
---------------	-------	------	------	------	------	---------

Nota. NegraSelf = Identificação com o grupo mulher negra. AtitudeNegras = Atitude frente a mulheres negras. AtitudeÍdolo = Atitude frente ao ídolo. ÍdoloNegra = Identificação do ídolo ao grupo de mulheres negras. IdoloSelf = Identificação com o ídolo. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Primeiramente, a autoestima mostra uma correlação positiva significativa com a idade, sugerindo que, à medida que as pessoas envelhecem, sua autoestima tende a aumentar. Esse achado pode indicar que fatores como maturidade, experiências acumuladas e maior autoconfiança ao longo da vida contribuem para uma percepção mais positiva de si mesmas.

Além disso, há uma relação positiva, embora fraca, entre a autoestima e a identificação com a identidade negra (*NegraSelf*). Isso sugere que se reconhecer como uma pessoa negra pode estar associado a um fortalecimento da autoimagem, ainda que essa relação não seja tão forte. Esse aspecto se conecta a um achado mais robusto: a identificação com a identidade negra (*NegraSelf*) está fortemente correlacionada com atitudes mais positivas em relação a pessoas negras (*AtitudeNegras*). Esse dado reforça a ideia de que o reconhecimento e a valorização da própria identidade racial podem influenciar na construção de percepções mais positivas sobre o grupo racial ao qual a pessoa pertence.

As atitudes positivas em relação a pessoas negras (*AtitudeNegras*), por sua vez, também apresentam uma correlação significativa com a maneira como os participantes enxergam seus ídolos (*AtitudeÍdolo*). Isso sugere que a valorização da identidade negra pode se refletir na forma como os indivíduos percebem figuras públicas e referências midiáticas. Essa relação se fortalece ainda mais quando observamos a associação entre *AtitudeNegras* e *ÍdoloNegra*, que indica que aqueles que possuem uma visão mais positiva sobre pessoas negras tendem a se identificar mais com ídolos negros.

Por fim, a identificação com ídolos negros (*ÍdoloNegra*) está fortemente associada à identificação pessoal com ídolos de maneira geral (*ÍdoloSelf*). Isso pode indicar que a representatividade tem um impacto relevante na autoimagem dos indivíduos, fazendo com que a conexão com figuras públicas influencie sua percepção de si mesmos.

Em suma, os dados sugerem que a autoestima, a identidade racial e as percepções sobre ídolos estão interligadas. A valorização da identidade negra parece

desempenhar um papel importante na construção da autoimagem e na forma como os indivíduos enxergam tanto seu próprio grupo racial quanto suas referências midiáticas. Além disso, a relação entre idade e autoestima indica que o desenvolvimento pessoal ao longo da vida pode contribuir para um fortalecimento da autoafirmação e da confiança individual.

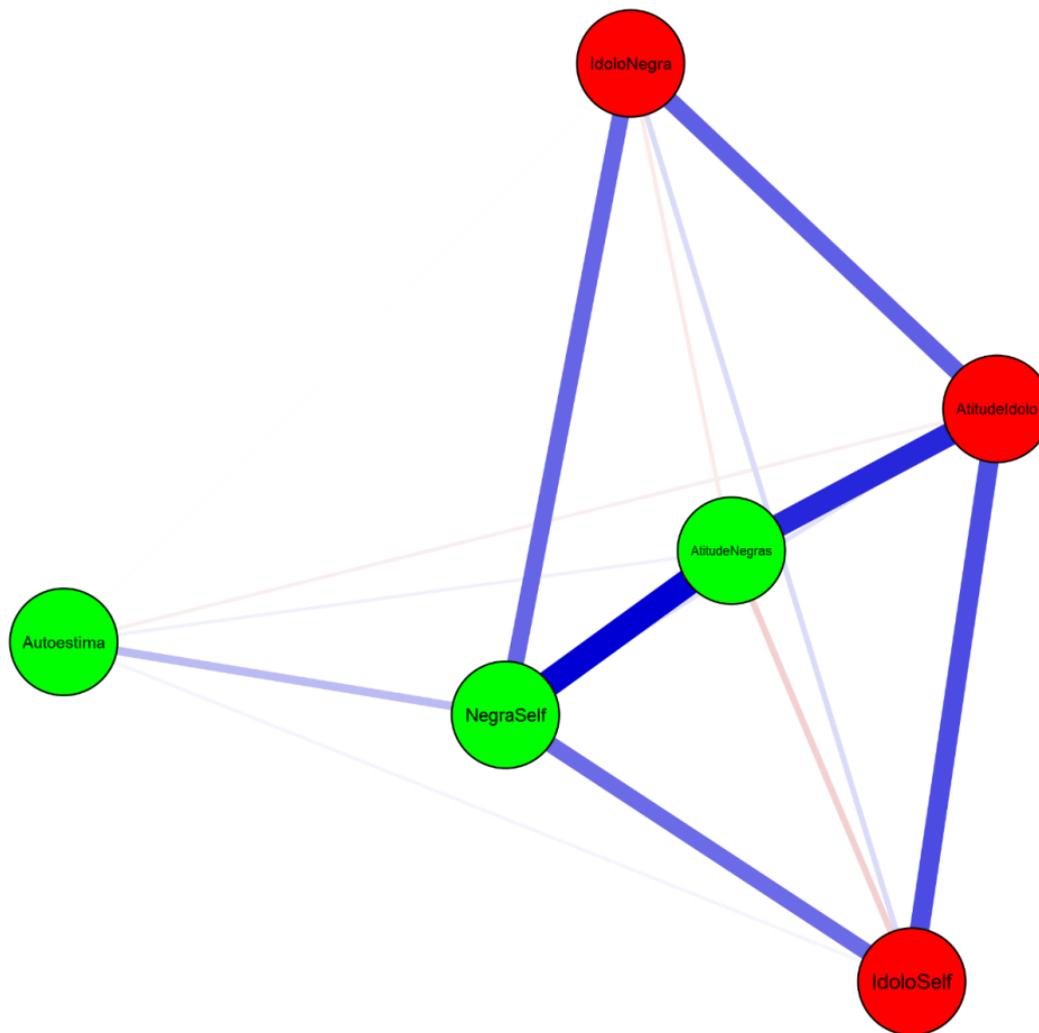


Figura 3. *Análise de Redes: Autoestima – Mulheres Negras e Self*

Foi realizada uma análise de redes (Epskamp et al., 2012) para investigar a dinâmica das relações entre autoestima, 'Negra-Self' e outras variáveis, como a atitude frente a mulheres negras, a atitude frente ao ídolo, 'Ídolo-Negra' e 'Ídolo-Self'. O objetivo foi compreender como a mulher negra se sente em relação ao seu grupo (mulheres negras), como percebe as figuras públicas negras (ícones) e até que ponto esses ídolos influenciam sua percepção de si mesma. A análise de redes, baseada em

correlações parciais, foi usada para mapear as relações entre essas variáveis e entender suas interdependências.

A figura acima ilustra a análise de redes, com os nós em vermelho representando as variáveis relacionadas aos ídolos (Ídolo-Negra e Ídolo-Self), enquanto os nós em verde estão ligados às variáveis do self (Autoestima e Negra-Self). Essa representação visual revela uma série de conexões e destaca algumas relações importantes entre as variáveis.

Observa-se que a Autoestima aparece mais distante das demais variáveis na rede, o que pode sugerir que, apesar da correlação significativa encontrada com a variável 'Negra-Self', a autoestima das mulheres negras não depende diretamente de sua identificação com o grupo ou com os ídolos. Esse distanciamento da Autoestima em relação às outras variáveis pode indicar que, embora haja uma influência da identidade racial sobre a autoestima, ela pode estar sendo mediada por outros fatores, como contextos sociais e individuais, que não foram diretamente investigados nesta análise.

Por outro lado, a 'Negra-Self' se destaca como a variável central na rede. Ela é a única variável que mantém conexões significativas com todas as outras variáveis analisadas, evidenciando seu papel na dinâmica de identidade social e autoestima das mulheres negras. A 'Negra-Self' não só se correlaciona positivamente com a autoestima, como também se associa com as atitudes em relação ao grupo de mulheres negras e aos ídolos, e ainda se conecta diretamente com a percepção das mulheres negras sobre os ídolos em termos de pertencimento racial ('Ídolo-Negra' e 'Ídolo-Self').

Esse destaque para a 'Negra-Self' é consistente com a teoria da identidade social, que sugere que a identificação com um grupo é uma variável-chave para o fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento. Além disso, a análise de redes revela que a identificação com o grupo de mulheres negras não é uma relação isolada, mas está diretamente ligada à maneira como as mulheres negras se percebem e como percebem suas figuras de referência, ou ídolos.

Os resultados indicam, portanto, que a identificação com o grupo de mulheres negras tem um papel fundamental na formação da autoestima e nas atitudes das mulheres negras frente a seus ídolos. Isso reforça a importância da representatividade e de modelos de sucesso dentro do grupo, uma vez que figuras públicas negras podem

contribuir para o fortalecimento da identidade e da autoestima das mulheres negras, ao representar uma extensão positiva de seu self.

Essa análise de redes não só fornece um mapeamento visual e estatístico das interações entre as variáveis, mas também aponta para a complexidade das relações entre identidade, autoestima e representatividade, sugerindo que a dinâmica entre essas variáveis vai além de simples correlações lineares e envolve múltiplos processos interligados de identificação e valorização.

A Tabela 3 mostra as correlações entre diferentes variáveis exibidas neste estudo. Cada número dentro da tabela representa a correlação entre duas variáveis. As correlações mais fortes são entre NegraSelf e AtitudeNegras (0.345) e entre NegraSelf e IdoloNegra (0.236). Isso sugere que a identidade com o grupo de mulheres negras está mais fortemente associada à atitude em relação ao grupo e à identificação com ídolos negros.

Tabela 3. *Matriz de Adjacências da Análise de Redes para as Variáveis*

Variable	Autoestima	NegraSelf	AtitudeNegras	AtitudeIdolo	IdoloNegra	IdoloSelf
Autoestima	--	0.098	0.023	-0.027	-0.003	0.012
NegraSelf	0.098	0.000	0.345	0.045	0.236	0.226
AtitudeNegras	0.023	0.345	0.000	0.342	-0.026	-0.069
AtitudeIdolo	-0.027	0.045	0.342	0.000	0.216	0.246
IdoloNegra	-0.003	0.236	-0.026	0.216	0.000	0.043
IdoloSelf	0.012	0.226	-0.069	0.246	0.043	--

Nota. NegraSelf = Identificação com o grupo mulher negra. AtitudeNegras = Atitude frente a mulheres negras. AtitudeIdolo = Atitude frente ao ídolo. IdoloNegra = Identificação do ídolo ao grupo de mulheres negras. IdoloSelf = Identificação com o ídolo.

A Autoestima não tem uma correlação forte com nenhuma das variáveis, o que indica que, nesse estudo, a autoestima das mulheres negras não é fortemente relacionada pelas variáveis concernentes à identificação com o grupo ou com ídolos. Em geral, a identificação com o grupo e a atitude positiva em relação ao grupo de mulheres negras parecem ter uma relação moderada com a identificação com os ídolos, mas com pouca influência direta na autoestima das participantes. Esses valores indicam que, embora exista uma relação entre a identidade com o grupo de mulheres negras e atitudes favoráveis em relação a ídolos, essas relações não são muito fortes em termos de impacto direto na autoestima, conforme medido nesse estudo.

Em seguida, testaram-se correlações entre autoestima, identificação com o grupo de mulheres negras (Negra-Self), atitude frente a mulheres negras, atitude frente ao ídolo (Negra-Ídolo), identificação do ídolo com mulheres negras e com o self (Ídolo-Self). Os resultados mostraram uma correlação significativa da autoestima apenas com a variável 'Negra-Self', porém com um coeficiente de correlação relativamente baixo ($\rho = 0,13$; $p < 0,005$), (Cohen, 1988). Esse dado sugere que, embora a identificação com o grupo de mulheres negras tenha uma influência na autoestima, o efeito não é muito forte, indicando que outros fatores também podem contribuir para a autoestima das mulheres negras, além da simples identificação racial.

Interessantemente, a mesma variável 'Negra-Self' também apresentou correlações significativas positivas com todas as outras variáveis analisadas. Em particular, destacam-se as correlações com as variáveis 'Ídolo-Negra' ($\rho = 0,38$; $p < 0,001$) e 'Ídolo-self' ($\rho = 0,40$, $p < 0,001$). Esses resultados indicam que quanto mais uma mulher negra se identifica com o seu grupo racial, mais ela tende a valorizar e se conectar com figuras públicas negras que compartilham uma identificação racial semelhante, o que fortalece a ideia de que a representatividade é um fator importante na construção da identidade e da autoestima. A relação entre a identificação com o grupo e a atitude positiva em relação ao ídolo (seja esse ídolo uma figura pública ou um modelo de referência) é consistente com a teoria da identidade social de Tajfel (1974), que sugere que indivíduos tendem a reforçar sua identidade e autoestima ao se conectar com outros que compartilham características comuns, especialmente quando esses outros são vistos como bem-sucedidos ou admirados.

A correlação positiva observada entre 'Ídolo-Negra' e 'Ídolo-self' ($\rho = 0,40$; $p < 0,001$) reforça a ideia de que a percepção de figuras negras públicas como pertencentes ao mesmo grupo racial é fundamental para aumentar a identificação e valorização dessas figuras. Isso sugere que, ao ver figuras públicas como ícones dentro do seu próprio grupo racial, as participantes da pesquisa não apenas valorizam essas figuras, mas também as percebem como uma extensão de sua própria identidade, potencializando o efeito de pertencimento e autoestima.

Esses achados sugerem que a presença de modelos de sucesso dentro do próprio grupo pode agir como um fator de fortalecimento da identidade, contribuindo para uma imagem positiva de si mesmas entre as mulheres negras. A identificação com ícones

negros tem o potencial de quebrar estereótipos negativos associados à mulher negra, oferecendo novos espaços para que as participantes possam visualizar seu próprio empoderamento e valor social.

Ainda, os resultados indicam que o processo de identificação não se dá de maneira isolada, mas sim em um contexto interconectado, onde a valorização do grupo e dos ídolos contribui de forma mútua para o fortalecimento da autoestima e da identidade social. Isso abre caminho para futuras pesquisas que explorem mais profundamente o papel da representatividade e da identificação com ídolos em outros contextos sociais e culturais, além de indicar que a autoestima da mulher negra pode ser mais complexa do que um simples reflexo de sua relação com seu grupo racial. Esses e outros resultados podem ser observados na Tabela 2.

As estatísticas descritivas sobre quem são os ídolos midiáticos mencionados pelas participantes da pesquisa estão apresentadas na Tabela 4. Nela, é possível observar que Beyoncé, Rihanna e Thaís Araújo são as personalidades mais frequentemente citadas como ídolos pelas mulheres negras que participaram do estudo. Esse dado é relevante, pois essas figuras públicas representam diferentes áreas de atuação, desde a música até o cinema, e têm grande visibilidade na mídia global.

Tabela 4. *Estatísticas Descritivas de Frequência e Porcentagem dos Ídolos Midiáticos Negros Citados*

Ídolo Midiático Negro	Frequência	Porcentagem da quantidade de mulheres negras que citaram este ídolo
Alessandra Pio	1	0,74
Angela Davis	2	1,48
Anitta	1	0,74
Barack Obama	1	0,74
Bell Hooks	3	2,22
Beth Pearson	1	0,74
Beyoncé	26	19,26
Candice Patton	1	0,74
Conceição Evaristo	2	1,48
Djamila Ribeiro	2	1,48
Djonga	1	0,74
Ebony	1	0,74
Eliane Dias	1	0,74
Elza Soares	4	2,96
Emicida	4	2,96
Erica Januza	1	0,74

Erika Hilton	1	0,74
Fayda	1	0,74
Flávia Oliveira	2	1,48
Gabrielly Nunes	1	0,74
Gilberto Gil	1	0,74
Glória Maria	3	2,22
Iza	5	3,70
Joice Berth	1	0,74
Jorge Ben Jor	1	0,74
kimberly denise Jones	1	0,74
Lázaro Ramos	3	2,22
Lélia Gonzalez	2	1,48
Lewis Hamilton	1	0,74
Liniker	2	1,48
Linn da quebrada	1	0,74
Luany Cristina	1	0,74
Ludmilla	2	1,48
Luedji Luna	1	0,74
Magá Moura	1	0,74
Maju Coutinho	1	0,74
Malcolm X	2	1,48
Mandela	2	1,48
Marimola	1	0,74
Maya Angelou	1	0,74
Michael Jackson	1	0,74
Michele Obama	4	2,96
Milton Nascimento	1	0,74
Neymar Jr	1	0,74
Oprah Winfrey	2	1,48
Ramana Borba	1	0,74
Renata Souza	1	0,74
Rihanna	11	8,15
Ruth de Souza	2	1,48
Sueli Carneiro.	1	0,74
Thais Araujo	10	7,41
Teresa Cristina	1	0,74
Thiaguinho	2	1,48
Viola Davis	5	3,70
Will Smith	1	0,74

11. Discussão

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a autoestima e a identidade social de mulheres negras, considerando sua percepção de pertencimento ao grupo racial e sua representação midiática, dentro e fora do contexto das favelas. Os resultados obtidos mostraram que, apesar dos desafios históricos e contemporâneos enfrentados por esse grupo, a autoestima das participantes apresentou-se relativamente independente das demais variáveis investigadas, sugerindo mecanismos de resistência e fortalecimento identitário.

Tal constatação dialoga diretamente com a Teoria da Identidade Social de Tajfel e Turner (1979), que enfatiza a importância da categorização social, comparação social e do favoritismo grupal na construção da identidade e autoestima dos indivíduos. Neste estudo, as mulheres negras demonstraram uma autoestima positiva associada ao sentimento de pertencimento ao seu grupo racial, indicando que o *in-group* é fonte significativa de afirmação positiva para elas (Brewer & Kremer, 1985; Tajfel, 1974).

Apesar das correlações modestas encontradas, essas relações foram estatisticamente significativas, destacando que mesmo diante das microagressões e violências simbólicas e reais que atravessam suas vidas, as mulheres negras conseguem manter níveis positivos de autoestima (Martins et al., 2020; Techio & Oliveira, 2011). Esse achado reforça a ideia defendida por Ramos-Oliveira (2016) de que, embora a discriminação e o preconceito racial possam afetar negativamente a autoestima, a presença de uma identidade étnica forte atua como um fator protetivo significativo.

Uma possível explicação para as correlações fracas é possibilidade de a autoestima das mulheres negras estar mais vinculada a processos subjetivos e estratégias internas de enfrentamento do racismo do que à identificação racial explícita. Estudos sobre identidade social e autoestima coletiva mostraram que a percepção do grupo ao qual se pertence pode atuar como um escudo psicológico contra os efeitos da discriminação, promovendo bem-estar emocional e fortalecendo a autopercepção positiva (Ramos-Oliveira, 2016). No entanto, se

essa identificação não for acompanhada de redes de apoio, representatividade e espaços de afirmação, seu impacto pode ser limitado.

Além disso, é importante considerar que o coeficiente de correlação baixo pode refletir a heterogeneidade da amostra. Mulheres negras vivenciam o racismo e suas consequências de formas distintas, dependendo de fatores como classe social, idade, local de residência e experiências pessoais. Essa diversidade pode fazer com que a relação entre autoestima e identidade racial seja menos linear do que se imaginava, reforçando a necessidade de abordagens mais amplas e interseccionais para compreender os mecanismos de construção da autoestima nesse grupo.

Diante desses achados, futuros estudos podem explorar com mais profundidade quais fatores mediadores podem fortalecer ou enfraquecer essa relação. A inclusão de variáveis como suporte comunitário, grau de exposição a experiências racistas, acesso a modelos de referência positiva e percepção de pertencimento podem fornecer uma visão mais detalhada das nuances que envolvem a autoestima das mulheres negras.

Portanto, os resultados desta pesquisa não invalidam a ideia de que a identidade racial desempenha um papel importante na construção da autoestima das mulheres negras, mas sugerem que essa relação pode ser mais complexa do que o modelo proposto por Martins TV et al. (2020). Isso reforça a necessidade de mais investigações que levem em conta a multiplicidade de experiências das mulheres negras e os diferentes fatores que contribuem para sua autopercepção e bem-estar psicológico.

Outro aspecto relevante foi a percepção sobre as representações midiáticas. A maioria das participantes apontou uma ausência ou inadequação de representatividade nos meios de comunicação, corroborando estudos anteriores que destacam o papel da mídia na reprodução de estereótipos raciais e na manutenção da invisibilidade das mulheres negras (Ambrosio et al., 2022; Hooks, 2020). A percepção negativa sobre a mídia pode refletir um posicionamento crítico em relação aos padrões impostos pela branquitude, entendida como um sistema estruturante que privilegia narrativas e estéticas brancas, marginalizando sistematicamente corpos negros (Bento, 2022).

Rihanna, Beyoncé, Conceição Evaristo, Viola Davis, entre outras figuras de destaque, foram mencionadas como referências midiáticas ao longo desta pesquisa. Esse dado demonstra que os ídolos das mulheres negras abrangem uma ampla diversidade de áreas de atuação, origens e trajetórias, reforçando a ideia de que a representatividade vai além de um único setor ou narrativa. Essas personalidades, ainda que distintas em suas profissões e contextos, compartilham elementos essenciais: suas histórias de resistência, talento e conquista, que as tornam símbolos poderosos para outras mulheres negras.

O fato de essas figuras serem reconhecidas e admiradas dentro do grupo evidencia o papel fundamental que a representatividade exerce no fortalecimento do in-group e no desenvolvimento da autoestima das mulheres negras. A existência de modelos de sucesso em diferentes áreas — da música à literatura, do cinema ao ativismo — permite que essas mulheres se enxerguem em posições de influência, rompendo com a invisibilidade historicamente imposta a elas. Essa visibilidade positiva contribui diretamente para a construção de um senso de pertencimento mais sólido e para a afirmação da identidade social.

Além disso, a diversidade de trajetórias dessas personalidades inspira diferentes formas de identificação. Algumas mulheres podem se conectar mais com Rihanna ou Beyoncé pelo impacto que elas tiveram na cultura pop e na música global, enquanto outras encontram em Conceição Evaristo um espelho para sua própria realidade e vivências literárias. Viola Davis, por sua vez, se destaca como um exemplo de superação no universo do cinema, quebrando barreiras e desafiando padrões de beleza e comportamento impostos à mulher negra na mídia. Essa variedade de referências amplia as possibilidades de identificação e reforça a ideia de que não há um único caminho para o reconhecimento e a valorização da identidade negra.

Outro aspecto relevante é que essas figuras públicas não apenas simbolizam sucesso, mas também utilizam suas plataformas para discutir questões raciais, sociais e políticas. Beyoncé, por exemplo, tem abordado temas como empoderamento negro e feminismo em sua arte, enquanto Viola Davis frequentemente discute a sub-representação de mulheres negras na indústria cinematográfica. Conceição Evaristo, por sua vez, traz para a literatura as vozes

silenciadas de mulheres negras brasileiras, dando visibilidade às suas histórias e experiências. O impacto dessas personalidades não se limita ao entretenimento ou à arte, mas se estende para a luta por reconhecimento e justiça social.

A valorização dessas referências dentro do *in-group* não apenas fortalece a autoestima individual das mulheres negras que participaram da pesquisa, mas também contribui para a formação de um imaginário coletivo mais positivo. Quando mulheres negras veem outras mulheres negras ocupando espaços de destaque e sendo admiradas globalmente, isso quebra estereótipos negativos e cria novas possibilidades de futuro (Hooks, 2019). Dessa forma, a representatividade midiática não é apenas simbólica, mas exerce um papel concreto no empoderamento e na construção de novas narrativas para as mulheres negras.

Os dados obtidos sugerem ainda que o território exerce um papel importante na construção da autoestima e identidade. Mulheres residentes em favelas destacaram o fortalecimento identitário advindo da vivência comunitária e do sentimento de pertencimento ao território, alinhando-se à argumentação de Valladares (2000), que ressalta a potência e a força comunitária presente nesses espaços, apesar do descaso histórico do Estado.

Esses resultados evidenciam a necessidade de uma maior valorização das narrativas e experiências das mulheres negras, ampliando a representatividade positiva nos diversos espaços sociais, especialmente nos meios midiáticos. Além disso, políticas públicas específicas voltadas para as necessidades desse grupo são fundamentais para romper com o ciclo histórico de marginalização e exclusão (Ambrosio et al., 2022; Carneiro, 2003).

Dessa forma, os achados desta pesquisa contribuem para o entendimento de que a identidade social e a autoestima das mulheres negras são construídas não apenas pelas adversidades que enfrentam, mas também pelas estratégias coletivas e individuais de resistência, que permitem a afirmação de uma autoimagem positiva, fortalecendo a coesão grupal e o sentimento de pertencimento (Brewer & Kremer, 1985; Tajfel & Turner, 1974). Este estudo reafirma, portanto, a importância de abordagens interseccionais que reconheçam as especificidades das experiências das mulheres negras, promovendo intervenções psicossociais sensíveis e eficazes.

Portanto, os achados desta pesquisa reforçam a importância de ampliar a visibilidade de mulheres negras em diferentes áreas, garantindo que essa representatividade continue a inspirar e fortalecer novas gerações. A presença de ícones diversos, que atuam em múltiplos campos e desafiam estruturas opressoras, reafirma que a identidade negra não é homogênea e que há inúmeras formas de vivenciar e expressar o pertencimento a esse grupo. Assim, a identificação com essas figuras midiáticas se torna uma ferramenta poderosa na reafirmação da identidade social e no fortalecimento da autoestima das mulheres negras.

A amostra final deste estudo apresenta características que a diferenciam significativamente da maioria das mulheres negras residentes no Brasil. Essa distinção nos impede de generalizar plenamente os resultados obtidos, uma vez que a representatividade da diversidade socioeconômica, regional e cultural das mulheres negras brasileiras não foi completamente alcançada. Um dos principais fatores que evidenciam essa limitação é a baixa participação de mulheres que moram em favelas e periferias, o que indica a necessidade de estratégias mais eficazes e inclusivas para alcançar essa parcela essencial da população.

A sub-representação de mulheres negras periféricas nas pesquisas evidencia os desafios que elas enfrentam para acessar informações, educação e participar de estudos acadêmicos. Muitas vezes, essas pesquisas são conduzidas em ambientes mais privilegiados e utilizam métodos de recrutamento que, mesmo sem intenção, acabam favorecendo pessoas com maior escolaridade, acesso à internet e conexões com o meio acadêmico. Esse viés pode resultar em uma visão limitada da realidade, dificultando a compreensão das dinâmicas relacionadas ao pertencimento, à autoestima e à identidade social dessas mulheres em diferentes contextos.

Além da limitação no acesso, é importante considerar a interseccionalidade das experiências das mulheres negras no Brasil. Questões de classe, território, gênero, idade e até mesmo religião influenciam profundamente as percepções de pertencimento e autoestima. Mulheres negras de favelas e periferias enfrentam desafios que vão além do racismo estrutural, incluindo a precarização do trabalho, a violência urbana e a exclusão de políticas públicas essenciais (Nunes, 2018). Portanto, para compreender verdadeiramente o sentimento de pertencimento e a

valorização identitária dessas mulheres, é necessário adotar abordagens que contemplem essa multiplicidade de experiências e reconheçam as diferenças internas dentro do próprio grupo de mulheres negras.

Para que futuras pesquisas possam gerar dados mais abrangentes e representativos, é fundamental adotar abordagens que facilitem o acesso a mulheres negras de diferentes classes sociais, regiões e vivências. Isso pode incluir, por exemplo: formar parcerias com coletivos e organizações comunitárias que já trabalham em áreas periféricas, facilitando assim o acesso das participantes; realizar entrevistas presenciais em locais acessíveis, como associações de bairro, centros culturais e eventos comunitários; adotar métodos que permitam que as próprias mulheres negras de áreas periféricas contribuam na elaboração da pesquisa, garantindo que suas necessidades e interesses sejam considerados; ampliar os meios de divulgação da pesquisa, utilizando materiais impressos em locais estratégicos e aproveitando mídias populares, como rádios comunitárias, redes sociais e aplicativos de mensagens.

A ampliação do alcance da pesquisa não apenas possibilita uma amostra maior e mais representativa, mas também contribui para um entendimento mais preciso do sentimento de pertencimento das mulheres negras ao seu grupo social, ao território onde vivem e à construção de uma autoimagem positiva. O pertencimento não é homogêneo e pode ser influenciado por fatores como classe social, escolaridade, acesso a políticas públicas e redes de apoio. Ao incorporar essas variáveis de maneira mais equitativa, poderemos construir um panorama mais fiel das dinâmicas identitárias e afetivas dessas mulheres, permitindo que as conclusões do estudo sejam mais aplicáveis à realidade da população negra no Brasil.

Além disso, os resultados desta pesquisa possuem implicações diretas para a formulação de políticas públicas e iniciativas sociais. Compreender como se dá o fortalecimento da identidade social e da autoestima entre mulheres negras pode orientar ações governamentais e comunitárias voltadas para a educação, a valorização da cultura negra, o acesso a serviços de saúde mental e o empoderamento econômico. Projetos como grupos de apoio, mentorias, formações profissionais e campanhas de representatividade podem ser desenhados

com base nesses achados, promovendo um impacto concreto na vida dessas mulheres.

Essa pesquisa destacou a importância de manter um compromisso constante com a busca pela representatividade de populações não-WEIRD em estudos de Psicologia. Isso é essencial para que o conhecimento gerado realmente reflita as diversas realidades das mulheres negras brasileiras. Ao ampliar o escopo e a representatividade, conseguiremos entender melhor a identidade social, o sentimento de pertencimento e a valorização da autoestima desse grupo. Além disso, isso contribuirá para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas que atendam efetivamente às necessidades dessa população. Ao reconhecer a diversidade entre as mulheres negras e suas histórias únicas, podemos construir um conhecimento mais justo, sensível e alinhado com a realidade social.

12. Conclusão

Por fim, todas as relações que esperávamos foram testadas e apresentaram resultados significativos, confirmando nossas hipóteses e destacando a importância do sentimento de pertencimento para o favoritismo dentro dos grupos. Os dados mostram que quanto mais forte é a conexão de uma mulher negra com seu grupo social, maior é seu compromisso e valorização desse coletivo. Isso indica que a identificação com o grupo não só influencia o comportamento individual, mas também molda atitudes em relação ao próprio grupo, fortalecendo os laços e promovendo o apoio mútuo.

O pertencimento a um grupo social tem um impacto direto na autoestima, podendo elevá-la ou, ao contrário, fragilizá-la (Tajfel, 1981). No nosso estudo, notamos que a autoestima tende a aumentar quando as pessoas percebem que aqueles que admiram também fazem parte do mesmo grupo. Isso destaca a importância de referências positivas e da representatividade na formação da identidade e no bem-estar psicológico das mulheres negras. Quando elas se reconhecem em figuras públicas, intelectuais, artistas, ativistas e outras

personalidades que compartilham suas experiências, esse reconhecimento fortalece sua autopercepção e valida sua identidade.

Os resultados mostram que, quanto mais uma pessoa se identifica com o grupo de mulheres negras, mais positiva tende a ser a sua percepção sobre esse próprio grupo. Esse efeito também se reflete na forma como as participantes veem ícones que fazem parte desse grupo: quanto mais elas admiram uma figura que consideram parte do grupo de mulheres negras, mais favorável é o julgamento sobre essa pessoa. O mesmo acontece de forma inversa: quanto mais as participantes se identificam com uma personalidade admirada, mais positivas são em relação a ela. Isso destaca como a identidade social e o apoio ao grupo se alimentam mutuamente, criando um ciclo de valorização e suporte dentro do grupo.

Essa dinâmica traz consequências importantes tanto para o indivíduo quanto para o coletivo. O fortalecimento da identidade social, por meio da identificação com figuras inspiradoras, ajuda a unir o grupo e a ressignificar a autoimagem das mulheres negras. Ter referências positivas permite que elas vejam possibilidades de sucesso e realização em várias áreas, desafiando as narrativas históricas que as marginalizam. Assim, o favoritismo grupal não é apenas uma forma de expressão da identidade, mas também um mecanismo de resistência e empoderamento.

Outro ponto importante é como essas relações afetam as interações sociais e políticas. Valorizar o grupo incentiva uma maior participação em espaços de mobilização e na luta por direitos, fortalecendo redes de apoio e promovendo mudanças estruturais. Quando mulheres negras se veem representadas em posições de destaque – seja na academia, na política, nas artes ou em qualquer outra área – isso gera um efeito multiplicador que estimula a autoconfiança e amplia as perspectivas de futuro para outras mulheres negras.

Dessa forma, os achados deste estudo reforçam a importância de fortalecer espaços de pertencimento e representatividade para mulheres negras. A presença de figuras inspiradoras dentro do in-group não apenas eleva a autoestima individual, mas também estimula a construção de uma identidade coletiva positiva. A identidade social, portanto, não deve ser vista apenas como um fator

psicológico, mas como uma força transformadora capaz de redefinir narrativas, desafiar estruturas de exclusão e promover uma sociedade mais equitativa e representativa.

O conceito de Favoritismo Grupal, presente na Teoria da Identidade Social de Tajfel (1974), nos permitiu corroborar e evidenciar resultados que reafirmam essa própria noção. Quanto mais uma mulher negra se identifica e se sente pertencente ao seu grupo social, maior tende a ser sua disposição para competir, resistir e fortalecer esse coletivo. Essa dinâmica se manifesta não apenas na valorização da identidade negra, mas também na criação de redes de apoio mútuo, que desempenham um papel fundamental na construção de uma autoestima coletiva e no enfrentamento de desafios estruturais.

Fortalecer o sentimento de pertencimento em grupo não é algo que acontece isoladamente; é, na verdade, um fenômeno social e político que se manifesta em várias áreas do nosso dia a dia. Iniciativas como rodas de conversa, encontros para discutir políticas públicas voltadas para mulheres negras e grupos de estudo sobre a história do povo preto — especialmente das mulheres pretas — são essenciais para solidificar esse laço. Esses espaços se tornam verdadeiros pontos de resistência e ressignificação, onde as narrativas são reconstruídas a partir das próprias experiências, longe dos estereótipos e da marginalização que muitas vezes vêm de fora.

Além disso, tais iniciativas contribuem para um senso de coletividade e pertencimento que vai além da simples identificação com um grupo social. Elas ajudam a criar um ambiente propício para o compartilhamento de experiências e para o desenvolvimento de estratégias coletivas de enfrentamento às opressões. A troca de vivências fortalece a noção de que os desafios enfrentados por mulheres negras não são individuais, mas sim frutos de um contexto histórico e estrutural que pode ser modificado por meio da resistência e da ação conjunta.

Outro aspecto relevante é o impacto dessas ações na autoestima e no bem-estar subjetivo das mulheres negras. Ao reconhecer suas próprias histórias, potencialidades e contribuições para a sociedade, elas passam a ocupar espaços com mais segurança e a desafiar padrões que historicamente as invisibilizaram. O fortalecimento da identidade social, nesse sentido, não apenas impulsiona o

empoderamento individual, mas também reverbera na coletividade, criando um ciclo positivo de afirmação e valorização.

Esse processo de fortalecimento do grupo também contribui para a ampliação de repertórios culturais e políticos, permitindo que as mulheres negras se tornem protagonistas de suas próprias narrativas. A produção e a circulação de conhecimento dentro desses espaços são estratégias fundamentais para a desconstrução de estigmas e para a valorização da diversidade de experiências dentro da negritude feminina (Nunes, 2018). Ao compreender que sua história não é apenas de dor, mas também de resistência, inovação e potência, essas mulheres se colocam como agentes transformadoras da sociedade.

O favoritismo entre grupos, mais do que um simples mecanismo de identificação, se torna uma ferramenta fundamental para fortalecer a autoestima, a representatividade e o sentimento de pertencimento. Ele não só reforça os laços dentro do grupo, mas também desafia estruturas opressoras, abrindo espaço para reconhecimento e novas possibilidades. Assim, o fortalecimento do grupo se mostra um caminho poderoso para construir uma sociedade mais justa, onde as mulheres negras sejam valorizadas não apenas por sua resiliência, mas também por sua força, criatividade e contribuições em todas as áreas da vida (Davis, 2018).

É importante salientar que os resultados deste estudo podem contribuir significativamente para a criação de novas pesquisas que aprofundem a compreensão da autoestima de mulheres negras, seu bem-estar subjetivo e a maneira como a identidade social pode fortalecer o sentimento de pertencimento. O pertencimento a um grupo que não apenas sofre, mas também luta, resiste, sobrevive e vive, apesar de uma história marcada pela dor e pela exclusão.

Pesquisas que explorem a história, as vivências e a força das mulheres negras de forma positiva são essenciais para criarmos uma narrativa que transcenda o sofrimento. Valorizar essas trajetórias ajuda a desconstruir estereótipos e destaca a importância de reconhecer a diversidade nas experiências das mulheres negras. Ao considerar os desafios e as conquistas dessa população, é possível não apenas amenizar as marcas deixadas por processos históricos de opressão, mas também criar caminhos que estimulem a autonomia, a autoestima e

o fortalecimento do in-group. Dessa forma, esses estudos podem atuar como instrumentos de empoderamento, proporcionando um impacto direto na forma como essas mulheres se percebem e são percebidas socialmente.

A produção acadêmica que se dedica a explorar essas temáticas de maneira sensível e comprometida tem um papel fundamental na promoção de justiça social e no incentivo à equidade. Mais do que narrar dores, é essencial destacar a força, a resiliência e as contribuições das mulheres negras em diferentes esferas da sociedade (Davis, 2018). Ao construir um repertório mais diverso e representativo, a ciência pode colaborar ativamente para um futuro em que essas mulheres tenham suas histórias contadas não apenas a partir da resistência, mas também do protagonismo e da celebração de suas identidades.

Referências

- Abrams, D. (2015). Social identity and intergroup relations. In M. Mikulincer, P. R. Shaver, J. F. Dovidio, & J. A. Simpson (Eds.), *APA handbook of personality and social psychology* (Vol. 2, pp. 203–228). <https://doi.org/10.1037/14342-008>
- Abreu, M. (1994). Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço & Debates*, 37, 34-46.
- Abreu, M. A. (2003). Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro* (10).
- Afonso, M. R., & Azevedo, S. de. (1987). Cidade, poder público e movimento dos favelados. In M. J. Pompermayer (Ed.), *Movimentos sociais em Minas Gerais: Emergência e perspectiva* (pp. 112-130). Belo Horizonte: UFMG.
- Almeida, M. S. (2014). Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista Em Pauta* (34). <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086>
- Ambrosio, L., Fonseca, L. G., Fernandes, A. B., Sousa, D. P., & Silva, C. R. (2021). Cabelos crespos, tranças e black power: reflexões sobre o adoecimento de mulheres negras, autoestima e empoderamento. *Revista da ABPN*, 14(39).
- Barbosa, J. (1987). Socialização e identidade racial. *Cadernos de Pesquisa* (63), 54-55.
- Baumeister, R. F., Campbell, J. D., Krueger, J. L., & Vohs, K. D. (2005). Exploding the self-esteem myth. *Scientific American*, 292(1), 84-91. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican0105-84>
- Bersani, H. (2018). Aportes teóricos e reflexão sobre o racismo estrutural do Brasil. *Extraprensa*, 11(2), 175–196. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.148025>
- Bilge, S. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, 1(225), 70-88.
- Brewer, M. B. (2007). The importance of being we: Human nature and intergroup relations. *American Psychologist*, 62(8), 728. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.62.8.728>
- Brewer, M. B., & Kramer, R. M. (1985). The psychology of intergroup attitudes and behavior. *Annual Review of Psychology*, 36(1), 219-243.
- Brioli, F. (2017). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Brown, R. (2020). The social identity approach: Appraising the Tajfellian legacy. *British Journal of Psychology*, 59, 5-25. <https://doi.org/10.1111/bjso.12349>

Candido, M. R., & Feres Júnior, J. (2019). Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 27(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254549>

Cardoso de Oliveira, R. (2007). Identidade étnica, identificação e manipulação. *Sociedade e Cultura*, 6(2). <https://doi.org/10.5216/sec.v6i2.912>

Carlos, J., & Melo, M. (2020). Preconceito racial em crianças: Identificação e pertença grupal. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, 34(2), 57–74.

Carneiro, S. (2001). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Revista Lola Press, Durban, África do Sul*, 1-6.

Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>

Carneiro, S. (2011). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

Carrara, S. (2004). Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In G. Hochman & D. Armus (Orgs.), *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* (pp. 426-453).

Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro* (1ª ed.). São Paulo: Editora Boitempo.

Costa, A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, 5(2), 9-35.

Costa, A. A., & Sardenberg, C. (1991). Feminismos, feministas e movimentos sociais. In *Anais Seminário Mulher Desenvolvimento e Relações de Gênero* (pp. 81-114). Rio de Janeiro.

Costa, R. S., Gagliardi, M. P., & Torres, L. P. (2023). Gender identity, personal data and social networks: An analysis of the categorization of sensitive data from a queer critique. *Revista Direito e Práxis*, 14(1), 301 - 329. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/61992i>

Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 139-167.

Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

Dalcastagnè, R. (2008). Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (31), 87-110.

Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. da Silveira, Trad.). Salvador: EDUFBA.

Fagundes, L. S., Marot, T. A., & Natividade, J. C. (2020). Use of Instagram, social comparison, and personality as predictors of self-esteem. *Psico-USF*, 25(4), 711-724. <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250410>

Faro, A., & Pereira, M. E. (2011). Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(3), 271-278. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>

Fernandes, T. M., & Costa, R. G.-R. (2013). As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro. *Tempo*, 17(34), 117-133. <https://doi.org/10.5533/tem-1980-542x-2013173410>

Fernandes, S. C. S., & Pereira, M. E. (2018). Endogrupo versus exogrupo: O papel da identidade social nas relações intergrupais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 30-49. <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38108>

Ferreira, R. F., & Camargo, A. C. (2011). As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 374-389. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932011000200013>

Fleury, S., & Menezes, P. (2020). Pandemia nas favelas: Entre carências e potências. *Saúde em Debate*, 44(spe4), 267-280. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020e418>

Fontana, M. G. Z., & Cestari, M. J. (2014). “Cara de empregada doméstica”: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. *RUA*, 20, 167-185.

Freire Filho, J. (2008). Força de expressão: Construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. *Revista FAMECOS*, 12(28), 18. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2005.28.3333>

Gimenez, C. P. C., & Dutra, G. S. (2021). A pura corporeidade das mulheres negras nas favelas da cidade do Rio de Janeiro: Um retrato do metacódigo inclusão/exclusão sob a perspectiva da teoria sistêmica. *Revista Húmus*, 11(33).

Gomes Vieira, C. G. (2020). Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro. *Pretextos: Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 5(10).

Gomes, N. L. (2002). Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: Reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, 40–51.

Gomes, N. L. (2003). Educação, identidade negra e formação de professores/as: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 167–182. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022003000100012>

González, L. (1984). *Mulher negra*.

Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102(1), 4–27. <https://doi.org/10.1037/0033-295x.102.1.4>

Greenwald, A. G., Rudman, L. A., Nosek, B. A., Banaji, M. R., Farnham, S. D., & Mellott, D. S. (2002). A unified theory of implicit attitudes, stereotypes, self-esteem, and self-concept. *Psychological Review*, 109(1), 3–25. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.109.1.3>

Hewstone, M., Rubin, M., & Willis, H. (2002). Intergroup bias. *Annual Review of Psychology*, 53(1), 575–604.

Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1). <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

Hooks, B. (2004). *Mujeres negras: Dar forma a la teoría feminista*. Traficantes de Sueños.

Hooks, B. (2019). *E eu não sou uma mulher?* Editora Rosa dos Tempos.

Hooks, B. (2019). *Olhares negros*. Editora Elefante.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Brasileiro: 2010*.

Katz, D.; Braly, K. (1933) Racial stereotypes of one hundred college students. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 28, n. 3, p. 280-290. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0074049>.

Katz, D.; Braly, K. W. (1935) Racial prejudice and racial stereotypes. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 30, n. 2, p. 175-193. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0059800>.

Kreutz, L. (1999). Identidade étnica e processo escolar. *Cadernos de Pesquisa*(107), 79–96. <https://doi.org/10.1590/s0100-15741999000200003>

Kyrillos, G. M. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, 28(1). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>

Lewis, L. (2014). Raça e uma nova forma de analisar o imaginário da nossa comunidade-nação: Da miscigenação freyreana ao dualismo fanoniano. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 14(1). <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16939>

Lins, S. L. B. L., Campos, M., Leite, A. C., Carvalho, C. L., Cardoso, S., & Natividade, J. C. (2016). Evidências de validade da Escala de Orientação para a Comparação Social (INCOM) para o contexto de adolescentes portugueses. *Psicologia*, 30(1), 1-14. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v30i1.1034>

Londero-Santos, A., Natividade, J. C., & Féres-Carneiro, T. (2020). Romantic relationship and partner schemas: Concepts associated with a positive valence. *Trends in Psychology*, 28, 511–528. <https://doi.org/10.1007/s43076-020-00037-z>

Lopes, A. C., & Facina, A. (2010). Cidade do funk: Expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. *VI ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*.

Lourenço, A. C., Artemenko, N. P., & Bragaglia, A. P. (2014, May). A objetificação feminina na publicidade: Uma discussão sob a ótica dos estereótipos. *XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste; Vila Velha, ES*, 1–15.

Maia, C. P., & da Silva, R. J. (2016). Sexo e as negas: Empoderamento ou reforço dos estereótipos das mulheres negras na mídia. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 2(1).

Markus, H. (1977). Self-schemata and processing information about the self.

Markus, H., & Wurf, E. (1987). The dynamic self-concept: A social psychological perspective. *Annual Review of Psychology*, 38(1), 299–337. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.38.020187.001503>

Markus, H., Crane, M., Bernstein, S., & Siladi, M. (1982). Self-schemas and gender. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42(1), 38–50. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.42.1.38>

Markus, H., Smith, J., & Moreland, R. L. (1985). Role of the self-concept in the perception of others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49(6), 1494–1512. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.49.6.1494>

Marques, J. M. (1988). Categorização social, identidade social e homogeneidade de outgroup: Uma análise conceitual. *Análise Psicológica*, 6(3–4), 279–305.

Martins, H. V. (2019). Psicologia, colonialismo e ideias raciais: Uma breve análise. *Revista Psicologia Política*, 19(44), 50–64.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000100007&lng=pt&tlng=pt

Martins, T. V., Lima, T. J., & Santos, W. S. (2020). O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7), 2793–2802. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>

Munanga, K. (2010). Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Especial curso ERER)*, 12, 1–384.

Natividade, J. C., Laskoski, L. M., Barros, M. C., & Hutz, C. S. (2014). As diferenças sexuais podem fundamentar estereótipos de gênero? Deixem jovens de baixa escolaridade responderem. *Psicologia e Saber Social*, 3(1), 22-40. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.12201>

Nogueira, S. G. (2013). Ideologia da supremacia racial branca: Processos de colonização e descolonização. *Psicologia & Sociedade*, 25(Esp.), 23–32. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000500004>

Nunes, N. R. A., & Veillette, A.-M. (2022). Mulheres de favelas e o (outro) feminismo popular. *Revista Estudos Feministas*, 30(1). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n175556>

Nunes, N. R. (2018). *Mulher de favela: O poder feminino em territórios populares*. Gramma Editora.

Hooks, Bell (2023) *O Feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Brasil: Rosa dos tempos. 175 p. ISBN 9788501115591.

Páez, D., Bilbao, M., & Javaloy, F. (2008). Del trauma a la felicidad: Hechos vitales y procesos socio cognitivos de crecimiento personal e interpersonal. In M. Casullo (Ed.), *Prácticas en Psicología Positiva [Practice in Positive Psychology]*. Buenos Aires: Lugar Editorial.

Pereira, M. E. Álvaro, J. L. & Dantas, A. C. O. (2011). Estereótipos e Essencialização de Brancos e Negros: um estudo comparativo. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 144-153. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100016>

Prette, A. D. & Prette, Z. A. P. D. (2003) Assertividade, Sistema de Crenças e Identidade Social. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 125-136.

Prette, Almir Del. (1991) O ensino da Psicologia Social: a opção preferencial pela concomitância teoria-prática. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, n. 1, p. 53-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-863x1991000100007>.

Queiroz, R. C. S. (2019). Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 12(40), 213–229. <https://doi.org/10.3895/cgt.v12n40.9475>

Ramos-Oliveira Diana (2016). Autoestima personal y colectiva: asociación con la identidad étnica en los brasileños. *Anuario de Psicología*, v. 46, n. 2, p. 74-82. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.anpsic.2016.07.004>.

Ramos de Oliveira, D., Pankalla, A. & Cabecinhas, R. (2012). Ethnic Identity as predictor for the well-being: An exploratory transcultural study in Brazil and Europe. *Summa Psicológica UST*, 9(2), 33-42. Disponível em: <http://www.summapsicologica.cl/index.php/summa/issue/view/18>

Ramos de Oliveira, D. (2009). Identidad étnica, Autoestima colectiva, Valores y Bienestar: Estudios en Brasil, Argentina, Polonia y Portugal [Ethnic identity, Collective Self-esteem, Values and Well being]. Series Doctorales. País Vasco, España: Servicio Editorial de Universidad del País Vasco.

Ribeiro, D. (2016). Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13(24), 99–104.

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., Jablonski, A. (2013) Estereótipos: a base cognitiva do preconceito. *Psicologia Social*. 22º Edição.

Rodrigues, C., & Freitas, V. G. (2021). Ativismo feminista negro no Brasil: Do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 34. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>

Rosenberg, M. (1965). The measurement of self-esteem. In M. Rosenberg (Ed.), *Society and the adolescent self-image* (pp. 16–36). Princeton University Press.

Roso, A., S. M. N., & Guareschi, P. (2002). Cultura e ideologia: A mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 14(2), 74–94. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000200005>

Roy, A. (2011). Slumdog cities: Rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(2), 223–238. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2011.01051.x>

Ruas, M. G. S. S. (2020). Mulher negra, um corpo? *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 4, 832–845.

Santos, G., & Sales, S. (2018). A mulher negra brasileira, miscigenação e o estupro colonial: O mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. *Caderno Espaço Feminino*, 30(1). <https://doi.org/10.14393/cef-v31n1-2018-3>

Schulze, C. M. N. (1992). Comparação social, identidade grupal e identidade profissional: Um estudo sobre bancários. *Psicologia*, 8(3), 375–384.

Shiramizu, V. K. M., & Yamamoto, M. E. (2017). "In x out": Revisando o viés de grupo através da perspectiva biológica. *Temas em Psicologia*, 25(3), 1427–1439. <https://doi.org/10.9788/tp2017.3-23pt>

Silva, T. D., & Silva, B. Z. (2020). Racismo e saúde: Perspectiva de mulheres negras moradoras de favela. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 13(41), 214–230. <https://doi.org/10.3895/cgt.v13n41.9511>

Soares dos Santos Ruas, M. G. (2020). Mulher negra, um corpo? *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 4.

Souza, V. S. (2016). Ciência e miscigenação racial no início do século XX: Debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 23(3). <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016005000014>

Tajfel, H. (1974). *Intergroup behaviour, social comparison and social change*. Unpublished Katz-Newcomb lectures, University of Michigan.

Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Cambridge University Press.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33–47). Brooks/Cole.

Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149–178. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420010202>

Taylor, S. E. (1981) A categorization approach to stereotyping. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, N.J. Erlbaum, in press.

Techio, E. M., & Lima, M. E. O. (2001). *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal*. Technopolitik.

Teixeira, M. S. S. P., & Queiroz, J. M. (2017). Corpo em debate: A objetificação e sexualização da mulher negra. *V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*.

Teixeira, S. H., & Zamora, M. H. (2019). Pensando a interseccionalidade a partir da vida e morte de Marielle Franco. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, 4(7).

Trzesniewski, K., Donnellan, M., & Robins, R. (2003). Stability of self-esteem across the life span. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(1), 205–220. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.84.1.205>

Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Basil Blackwell.

Vala, J., & Monteiro, M. B. (2013). Estereótipos: Antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (9ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Valladares, L. (2000). A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44), 5–34. <https://doi.org/10.1590/s0102-69092000000300001>

Wachelke, J. (2012). Identificação com o grupo: Adaptação e validação de uma medida geral para o contexto brasileiro. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 187–200. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.4898>

Yoo, H., & Lee, R. (2005). Ethnic identity and approach-type coping as moderators of the racial discrimination/well-being relation in Asian Americans. *Journal of Counseling Psychology*, 52(4), 497–506. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.52.4.497>